

**ATA DA
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE ODIVELAS**

No dia 30 de janeiro de 2013, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, reuniu-se a Câmara Municipal de Odivelas nas instalações dos Paços do Concelho – Quinta da Memória, em Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto 3.1 - Proposta de Cabimento e Compromisso Anual para 2013 - Faturação da Prestação de Serviços SIMTEJO 2013. (DGEJCA) -----

Ponto 3.2 - Proposta de Adesão do Município de Odivelas à “Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento” e Aprovação dos Estatutos. (DGEJCA/DCTPCB) -----

Ponto 3.3 – Proposta de Acordo de Parceria de Desenvolvimento com a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, no âmbito da candidatura ao POPH/QREN “RIIM – Rede de Intervenção Integrada Intersetorial Multidisciplinar no Combate e Violência Doméstica e Tráfico de Seres Humanos”. (GSI) -----

Ponto 3.4 – Proposta de Atribuição do Prémio Municipal Beatriz Ângelo. (PRES) -----

Ponto 4.1 - Proposta de Subsídios a atribuir às Corporações de Bombeiros para o ano de 2013. (SMPC) -----

Ponto 4.2 - Proposta de Aprovação de Donativos da Fundação Belmiro de Azevedo – Alimentos e Materiais para os Animais do Parque dos Bichos. (GVM) -----

Ponto 4.3 - Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas – Proposta de Cedência de Transporte Municipal para Atividades de Exterior para o Ano de 2013. (GSI) -----

Ponto 5.1. – José Nascimento Leal Freixinho – Lote 3 - Bairro Azinhaga do Canhamato - Freguesia de Caneças – Substituição de Hipoteca Legal por Depósito Caução. (DGOU) -----



**Ponto 5.2 – Álvaro Vaz Pratas – Lote 156 – Bairro Casal dos Apréstimos – Freguesia da Ramada -
Substituição de Hipoteca Legal por Depósito Caução. (DGOU)** -----

A reunião iniciou-se com as seguintes presenças: -----

Vice-Presidente: -----

MÁRIO MÁXIMO DOS SANTOS -----

Vereadores: -----

MARIA DA LUZ NOGUEIRA -----

CARLOS MANUEL MAIO BODIÃO -----

HUGO MANUEL DOS SANTOS MARTINS -----

SANDRA CRISTINA DE SEQUEIROS PEREIRA -----

RUI MANUEL RODRIGUES FRANCISCO -----

MARIA FERNANDA MARCELO FARIA DUARTE FRANCHI -----

PAULO NUNO BARROSO DO AIDO -----

*A Senhora Presidente não esteve presente na reunião tendo sido substituída pelo Senhor Vice-Presidente o
Senhor Vereador Mário Máximo.* -----

*O Senhor Vereador Paulo César Teixeira e o Senhor Vereador Hernâni de Carvalho não estiveram
presentes na reunião tendo as suas faltas sido justificadas.* -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA (MOD. T2) -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria (Mod. T2) do dia vinte e oito de janeiro de dois mil e treze, no qual consta que as disponibilidades resultantes de operações orçamentais e de tesouraria se cifram em € 3.336.377,23 (três milhões, trezentos e trinta e seis mil, trezentos e setenta e sete euros e vinte e três cêntimos). -----



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Presidente Exercício deu conhecimento aos Senhores Vereadores, através do Portal Digital, do seguinte documento: -----

- Informação ao Executivo Municipal referente à Celebração e Renovação de Contratos de Prestação Serviços, em novembro e dezembro de 2012. -----

Aberto o período para intervenções, usaram da palavra: -----

O Senhor Vice-Presidente, pela bancada do PS, proferiu uma declaração política, “A importância histórica e de tradição do Regimento de Engenharia n.º 1”, que seguidamente se transcreve: -----

“À semelhança do que já ocorreu num passado bem recente, tudo leva a crer que o atual Governo de coligação PSD/CDS-PP planeia uma nova reestruturação e fusão, desta feita, de uma das instituições militares mais importantes e marcantes do nosso país que está sediada no concelho de Odivelas. Esta é uma situação deveras preocupante que, caso se venha a concretizar, irá afetar de sobremaneira, a nível organizacional e logístico, todo o importante serviço público que é desenvolvido em parceria, quer com o nosso Município quer também com o Município de Lisboa.-----

Ao que tudo indica, prevê-se a transferência do Batalhão do Regimento de Engenharia n.º 1 (RE1) instalado na freguesia da Pontinha, para o Polígono Militar de Tancos, em Vila Nova da Barquinha, deslocação essa assente no facto de atravessarmos uma conjuntura difícil e de necessidade de reduzir a despesa pública. ---

Não podemos deixar de lembrar a enorme relevância histórica das instalações onde se encontra sediado o RE1, bem como sublinhar a importância do seu trabalho junto das autarquias de Odivelas e Lisboa, nomeadamente através das ações realizadas em parceria no âmbito da Proteção Civil, como a limpeza das linhas de água e as intervenções em situações de calamidade pública, que visam o bem-estar de todos os cidadãos.-----

A operacionalidade, competência e meios do RE1 são determinantes em termos de segurança das populações, não só nestes dois concelhos, mas também na Área Metropolitana de Lisboa (AML) em geral.

Entendemos que qualquer deslocalização deste Batalhão irá ameaçar seriamente a enérgica e sustentada intervenção que neste momento pode ser assegurada na AML, em termos de Proteção Civil, numa faixa territorial que é de risco sistémico, seja ao nível sísmico, seja ao nível de inundações ou outro tipo de cataclismos.-----



Foi na sequência destes indícios preocupantes de eventual retirada do RE1 do Quartel da Pontinha que os Municípios de Lisboa e Odivelas entenderam intervir e diligenciar junto do Sr. Ministro da Defesa Nacional, enquanto responsável pela gestão das instituições militares do país, alertando este membro do Governo para as repercussões negativas que esta tomada de posição poderá causar a toda a região.-----

A tudo isto acresce ainda a gestão do Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas, o qual foi criado ao abrigo de um protocolo celebrado em janeiro de 2001 entre a autarquia de Odivelas e esta digníssima instituição, no sentido de dinamizar o Quartel da Pontinha e colocar um espaço onde está perpetuada a memória do 25 de Abril de 1974, à disposição de toda a comunidade. Ao longo destes últimos 12 anos foi possível dar a conhecer, por via de acervo documental autêntico à época, imagens e outros elementos interpretativos, um dos principais acontecimentos que marcaram e transformaram profundamente a história recente do nosso país, de forma indelével.-----

Têm sido inúmeras as exposições, conferências e demais iniciativas desenvolvidas neste local, dirigidas não só para a população escolar, mas também para instituições culturais, científicas e de interesse histórico providas de todo o território nacional, atividades essas que se têm revelado de um enorme sucesso e que tem sempre garantida a cobertura mediática dos principais órgãos de comunicação social nacionais, nomeadamente aquando das celebrações da Revolução dos Cravos.-----

Refira-se ainda que, nas comemorações do 13º Aniversário do Município de Odivelas, realizadas no dia 19 de novembro de 2011, o RE1 foi distinguido com a Medalha de Honra, Grau Ouro, principal condecoração desta autarquia, pelos serviços prestados à população e pela sua importância histórica e de tradição que marca também as raízes do concelho de Odivelas.-----

Pelo seu passado e sobretudo pelo seu futuro, a Câmara Municipal de Odivelas, reunida em 30 de janeiro de 2013, delibera expressar às entidades competentes que considera fundamental e fulcral que esta instituição de excelência continue a fazer parte da nossa identidade, não comprometendo, por isso, o orgulho de aqui podermos ter o legítimo herdeiro das gloriosas tradições das primeiras Unidades de Engenharia do Exército Português, criada com a Restauração em 1640, bem como o Núcleo Museológico que possui um rico património histórico que marca a história do Portugal Democrático, e que corre sério risco de ser abandonado e cair no esquecimento.”-----

A Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira proferiu uma intervenção na qual abordou um conjunto de questões, nomeadamente, à cerca dos problemas da escola básica Eça de Queiroz, bem como sobre o PAESO.-----

A Senhora Vereadora Fernanda Franchi proferiu uma intervenção em resposta às questões colocadas pela Sra. Vereadora Maria da Luz Nogueira.-----



O Senhor Vereador Hugo Martins proferiu uma intervenção, a pedido da Sra. Vereadora Fernanda Franchi, na qual acrescentou informações relativamente ao Departamento de Obras da Câmara Municipal para completar a informação às questões colocadas pela Sra. Vereadora Maria da Luz Nogueira -----

A Senhora Vereadora Fernanda Franchi proferiu uma intervenção relativamente a iniciativas ocorridas e agendadas. -----

A Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira proferiu uma intervenção no seguimento das explicações dadas pela Sra. Vereadora Fernanda Franchi referindo existirem prioridades mal definidas, na opinião da bancada da CDU. -----

A Senhora Vereadora Fernanda Franchi proferiu uma intervenção prestando mais alguns esclarecimentos relativamente à escola básica Eça de Queiroz e ao PAESO.-----

O Senhor Presidente em Exercício proferiu uma intervenção, no seguimento da intervenção da Sra. Vereadora Maria da Luz Nogueira, tendo referido que as prioridades do Executivo Municipal estão devidamente bem estabelecidas. -----

O Senhor Vereador Rui Francisco proferiu uma intervenção relativamente à denúncia do acordo com os SMAS de Loures e relativamente à gestão e utilização da Quinta do Espírito Santo. Questionou ainda o Sr. Vice-Presidente acerca dos requerimentos apresentados pela bancada da CDU à Câmara Municipal, face ao tempo decorrido sem resposta. Abordou ainda algumas questões relativamente à escola Melo e Falcão. -

A Senhora Vereadora Sandra Pereira proferiu uma intervenção em resposta às questões da Sra. Vereadora Maria da Luz Nogueira, na qual referiu que o perfil de saúde está em fase de elaboração. Referiu-se ainda aos dados apresentados e que os mesmos são devidamente acompanhados. -----

O Senhor Vereador Hugo Martins proferiu uma intervenção em resposta à questão do Sr. Vereador Rui Francisco, relativamente à escola Melo Falcão. Informou ainda da realização de uma reunião entre o próprio e a Junta de Freguesia da Pontinha relativamente à colocação de um novo portão na escola Melo Falcão. --

O Senhor Vereador Paulo Aido, Independente, eleito pela coligação "Em Odivelas Primeiro as Pessoas" apresentou uma Recomendação - "Macro-Estrutura aprovada e sua Implementação", o Requerimento B - Edifício nº 11, da Rua Vitorino Nemésio - Quinta da Quintinha - Póvoa de Santo Adrião", o Requerimento C - Obras na Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, junto ao cruzamento com a Rua Professor Doutor Egas



Moniz” e o Requerimento D – Autoridade de Saúde Pública – Avaliação Anual das Condições de Segurança, higiene e saúde – Estabelecimentos de Ensino do Concelho de Odivelas”, que seguidamente se transcrevem:-----

Recomendação “Macro-Estrutura aprovada e sua Implementação”:-----

“Conforme plasmado no Despacho n.º 16632/2012, de 31 de Dezembro de 2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 252:-----

i. Na 10.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 27 de Novembro de 2012 e na 5.ª Sessão Ordinária, da Assembleia Municipal de Odivelas, de 10 de Dezembro de 2012, foi aprovada a “Estrutura Nuclear da Câmara Municipal de Odivelas”.-----

ii. Na 10.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 27 de Novembro de 2012, foi aprovada a “Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Odivelas”.-----

O n.º 2, do art.º 3.º, do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Odivelas define, nomeadamente, que o Gabinete de Auditoria Interna e de Avaliação de Desempenho é equiparado a uma Divisão.-----

O n.º 3, do art.º 3.º, do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Odivelas define, nomeadamente, que o Gabinete de Saúde e Igualdade é equiparado a unidade orgânica de 3.º grau. O que tem isto de especial?-----

Através do Despacho 032/PRES/2013, de 3 de Janeiro, a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Odivelas designou o Sr. Dr. Luís Manuel Nascimento Duarte como o Coordenador do Gabinete de Auditoria Interna e Avaliação do Desempenho, cargo exercido como dirigente intermédio do 3.º grau, conforme se poderá retirar do primeiro parágrafo daquele documento.-----

Através do Despacho 034/PRES/2013, de 3 de Janeiro, a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Odivelas designou a Sr.ª Arq.ª Maria Manuela Dias dos Santos Henriques como a Coordenadora do Gabinete de Saúde e Igualdade, equiparando-a a Chefe de Divisão, conforme se poderá retirar do primeiro parágrafo daquele documento.-----

Ora verifica-se que estas nomeações não respeitaram as tipologias aprovadas para aquelas unidades orgânicas. Assim, uma é equiparada a Divisão, mas passou a ser dirigida por um dirigente intermédio do 3.º grau, a outra foi equiparada a unidade orgânica de 3.º grau, mas passou a ser dirigida por equiparado a chefia de Divisão. -----

Recomenda-se:-----

1. A retificação dos Despachos, no sentido de serem produzidos em conformidade com o Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal aprovado. -----



2. Que seja promovida a alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal, acaso se pretenda vir a rever a equiparação daqueles Gabinetes.-----
Disse!" -----

Requerimento B "Edifício nº 11, da Rua Vitorino Nemésio, Quinta da Quintinha – Póvoa de Santo Adrião":---

"Tendo presente quer o disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais, serve a presente, mais uma vez para suscitar informações sobre a recuperação do imóvel com o nº 11, da Rua Vitorino Nemésio, na Póvoa de Santo Adrião, onde a Câmara Municipal de Odivelas, por sua livre iniciativa, mandou realizar obras de restauro que ficaram mal executadas a tal ponto de prejudicar continuamente condóminos e os seus próprios inquilinos, pela degradação das suas habitações e conseqüentemente o património privado e da própria Câmara Municipal: Importa assinalar: -----

- Que as obras no telhado do edifício começaram aparentemente na manhã de ontem, desconhecendo-se a amplitude dos trabalhos; -----
- Que o Município deteve a caução de €16.891,86 do construtor que deverá ser empregue nas obras de reparação do que ficou mal executado; -----
- Que o interior de algumas habitações apresentam uma degradação extrema, caso da fração do 3º andar esquerdo (propriedade da Câmara Municipal de Odivelas) como as imagens que aqui trago e junto a este requerimento documentam. Sou levado a interrogar se algum de nós será capaz de viver assim, neste ambiente confrangedor e onde todos os haveres se danificam; -----
- Que o 2º andar esquerdo propriedade de D. Maria da Conceição Cruz, a primeira queixosa, também já apresenta danos, mesmo depois das reparações efetuadas no Verão passado; -----
- Que é, pelo menos a 5ª vez, que a queixosa D. Maria da Conceição Cruz faz obras de reparação no interior da sua habitação, sendo que desta vez entregou os trabalhos a uma empresa credenciada que os realizou, não sendo o suficiente para evitar que continue a escorrer água pelas paredes e que tenha de ser sustida por alguidares; -----
- As fotografias que se apresentam foram tiradas na semana passada e desta vez também na fração do 3º andar esquerdo, propriedade desta Câmara Municipal que se encontra num estado deplorável... De onde se conclui que esta autarquia nem sequer sabe cuidar do seu património. -----

É fundamental saber quando vai a Câmara Municipal de Odivelas assumir as suas responsabilidades: -----

- I. Providenciar a reparação total das obras que mandou realizar sem ouvir aqueles que, então, já eram proprietários de alguns dos fogos do imóvel, e que ficaram mal executadas como é do conhecimento dos serviços e de todos nós; -----

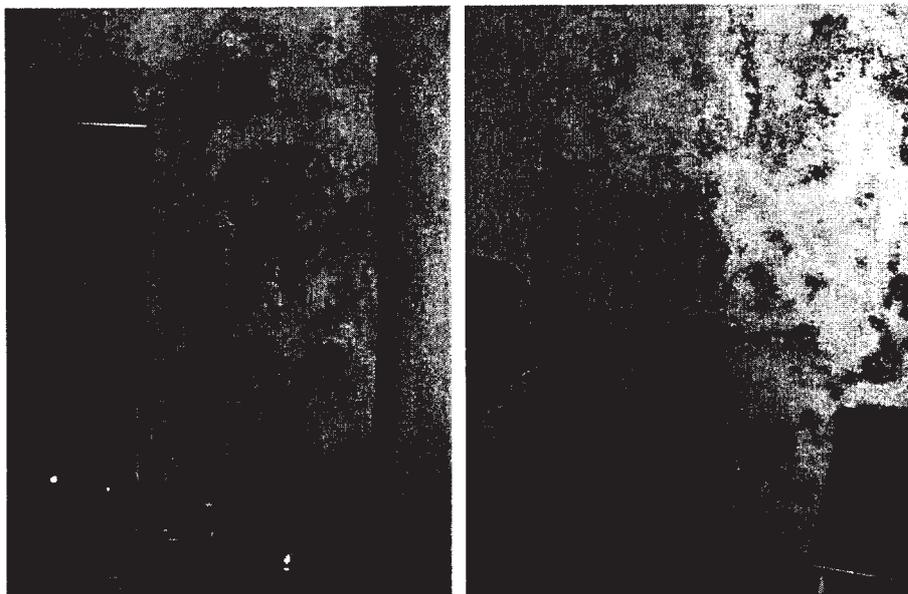


II. A que se circunscrevem os trabalhos ontem iniciados, quanto custam e quem vai pagar? III. Em que prerrogativa se suporta o Município de Odivelas para entender que os condóminos têm de contribuir para as obras de recuperação dos estragos, unicamente da responsabilidade da autarquia? -----

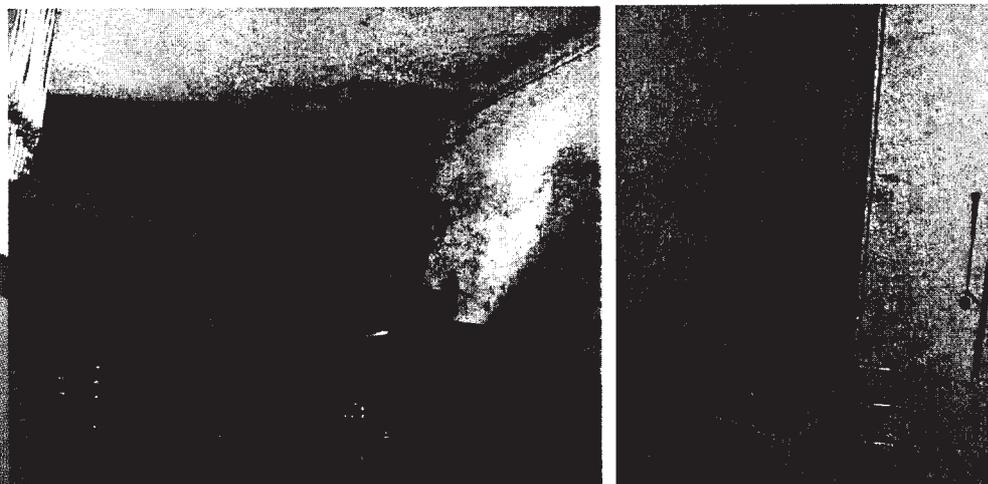
Importa que sejamos os primeiros a respeitar os munícipes, o seu património que, certamente lhes custou as poupanças de uma vida de trabalho, para não ter de falar de questões de dignidade humana. O Município detém 16.891 euros que eram do construtor que deixou as obras mal realizadas e, portanto, deve utilizar esse dinheiro nas obras de recuperação, sem ter de mendigar àqueles que são proprietários uma comparticipação financeira como se fossem responsáveis pelos disparates da Câmara Municipal e pela falta de fiscalização às obras que manda fazer. -----



A Sala da fração do 3º andar esquerdo apresenta-se demasiado degradada. Os bolores são imensos. A janela tem de permanecer sempre aberta. -----



Num dos cantos da sala da fração do 3º andar esquerdo, encontra-se um alguidar para suster a água que pinga do teto e há cobertores velhos para suster a água que escorre pela parede. -----



Pinga água do teto da sala da fração do 3º andar esquerdo. Ainda naquele fogo, a água escorre numa das paredes de um dos quartos. -----



Depois das obras feitas no Verão passado pela LM Construções, a sala da habitação do 2º esquerdo já apresenta alguma degradação nas paredes e teto. Aliás a água já entra no interior como se demonstra na imagem em baixo – são precisos panos e alguidares para suster a água.-----



São precisos panos e alguidares para suster a água no 2º andar esquerdo.”-----



Requerimento C "Obras na Avenida Professor Doutor Augusto Abreu Lopes, Junto ao cruzamento com a Rua Professor Doutor Egas Moniz":-----

"Tendo presente que o disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais, serve a presente, para suscitar informações sobre as obras que fizeram eliminar a passagem pedonal na Avenida Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, junto ao cruzamento com a Rua Prof. Dr. Egas Moniz (frente ao espaço comercial da Robbialac):-----

Importa assinalar:-----

- Que a supressão daquela passagem pedonal e a sua não aparente substituição clara, fazem com que os transeuntes arrisquem a passagem num espaço onde se encontra apenas marcada no pavimento meia passagem de peões, ou seja visível em metade da largura da via, pelo meio de umas baias de plástico brancas e vermelhas que já mudaram de posição mais de 5 vezes;-----
- Que acreditando que estes trabalhos sejam relativos a uma modificação e colocação de sinalização semaforica, a situação mantém-se inalterada, há quase dois meses;-----
- Que ainda grave é o facto da atual sinalização deficiente, permitir que os automóveis circulem em duas faixas, num local onde anteriormente circulavam numa só, entre o cruzamento com as ruas Prof. Dr. Egas Moniz e Dom Nuno Álvares Pereira, portanto sobre a faixa reservada á mudança do sentido de marcha.-----

Esta evidência constitui um obstáculo perigoso para quem pretende atravessar a a Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes. Em alternativa os peões terão de se deslocar mais de 100 metros para poder atravessar aquela via.-----

É fundamental que a Câmara Municipal de Odivelas providencie a rápida execução das obras e que, quanto antes, promova uma alternativa segura – repito, segura – para que os peões possam atravessar aquela que é uma das artérias principais da cidade de Odivelas.-----

As imagens:-----



A passagem pedonal que substitui a anterior só se encontra visivelmente marcada no pavimento, em metade da largura da via e à maioria dos peões nem sequer se torna perceptível por causa da colocação das baias de plástico.-----



A imagem evidencia a deficiente colocação das baias de plástico junto da passagem pedonal por enquanto provisória.”-----

Requerimento D “Autoridade de Saúde Pública Avaliação Anual das Condições de Segurança, Higiene e Saúde Estabelecimentos de Ensino do Concelho de Odivelas”:------

“Tendo presente quer o disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais - atendendo à resposta da Sra. Presidente da Câmara ao meu requerimento sobre o assunto acima mencionado que fiz durante a 23ª reunião deste Executivo camarário, no passado dia 28 de Novembro de 2012 - serve o presente para voltar a suscitar, pela terceira vez: Cópia do Relatório da Avaliação Anual que caracterizou as Condições de Segurança, Higiene e Saúde, dos estabelecimentos de ensino do Concelho, emitido pela Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde de Odivelas, no decurso do primeiro trimestre do corrente ano de 2012. Não consigo compreender a resposta que a Sra. Presidente me deu, em ofício que me foi enviado no passado dia 15 do corrente mês de Janeiro, passo a citar: «... após consulta aos serviços competentes, informa-se que aqueles serviços estão a desenvolver esforços no sentido de recolher toda a informação necessária». Ou me pretende dizer que são precisos 4 meses para tirar cópia de um simples relatório por maior número de páginas que tenha, ou querem fazer constar que me responderam prontamente a tudo a tempo de se evidenciar no próximo relatório do Estatuto do Direito de Oposição:-----

I. Ora, Sra. Presidente isso não vai acontecer certamente, porque já esta resposta desapropriada veio fora de tempo, precisamente no dia 15 de janeiro deste ano e a uma pergunta que lhe fiz, primeiro em 19 de Setembro, segundo em 28 de Novembro do ano passado, respetivamente na 18ª e 23ª Reuniões deste Executivo camarário. Portanto, foi uma perca de tempo o envio deste ofício;

II. Ora, eu sou um Eleito como a Sra. Presidente e a prática da democracia que a Senhora tanto apregoa, merece melhor, pelo menos mais acuidade e respeito pelos eleitores que se representam neste Executivo da Câmara Municipal de Odivelas.-----

Assim, mais uma vez refiro que é importante:-----

I. Conhecer o documento produzido pela Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde de Odivelas sobre as Condições de Segurança, Higiene e Saúde, dos estabelecimentos de ensino do Concelho, para perceber in loco se as queixas de alunos, pais e professores fazem ou não sentido;-----

II. Compreender a conformidade das obras que se anunciam como realizadas e as que se vão realizar oportunamente, com o documento da Autoridade de Saúde Pública;-----

III. Aprender a extensão das anomalias em todo o parque escolar do concelho e não apenas na Escola Barbosa du Bocage, na Póvoa de Santo Adrião.-----

Assim, recordo que passaram já quatro meses entre o espaço que mediou o meu requerimento e a resposta da Sra. Presidente e, ainda assim, não foi o tempo suficiente para que me fosse fornecida a cópia de um documento do interesse público.”-----

Foi solicitado pelo Senhor Presidente em Exercício que a declaração política, “A importância histórica e de tradição do Regimento de Engenharia n.º 1”, fosse convertida em Moção. O Executivo Municipal concordou com o proposto.-----

Senhor Vereador Carlos Bodião, pela bancada do PSD, referiu-se ao ocorrido na Assembleia Municipal relativamente aos SMAS e proferiu uma declaração política, “ Falecimento do General Jaime Neves”, que seguidamente se transcreve:-----

“A esquerda não democrática, aquela que foi derrotada no 25 de Novembro e assim impedida de instalar em Portugal uma ditadura do proletariado, a mesma que tem sido sucessivamente derrotada nas urnas pelo voto soberano do povo, e que despudoradamente apelida os eleitos do PSD de fascistas, irá barafustar e tentar amedrontar-nos de condignamente manifestarmos o nosso apreço por Jaime Neves. Mas os vereadores do PSD não se deixam amedrontar. Nós não temos medo de defendermos as nossas ideias e o exemplo de Jaime Neves, dá-nos a força suficiente, para combatermos aqueles que pretendem que o poder caia na rua. Nós não temos medo das intimidações, da arruaça, da falta de educação e das ameaças.-----

Jaime Alberto Gonçalves das Neves, mais conhecido por Jaime Neves, faleceu no passado dia 27 de Janeiro, em Lisboa. Militar distinto, nasceu em Vila Real a 28 de maio de 1936. Entrou em 1953 para a Escola do Exército. Foi destacado para África, onde cumpriu quatro missões: duas em Angola e duas em

Moçambique. Era tenente-coronel graduado em coronel no Verão Quente de 1975 e chefiava o Regimento de Comandos. -----

Foi agraciado a 13 de Julho de 1995, pelo então presidente da República, Mário Soares, com o posto de Coronel, com o grau de Grande-Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito. Foi promovido a major-general, por proposta do Exército e com a aprovação das chefias de todos os ramos das Forças Armadas e após sugestão de António Ramalho Eanes e Vasco Rocha Vieira. A promoção teve com base no seu papel durante o 25 de Novembro, "tendo em conta o papel muito relevante que Jaime Neves teve para garantir que Portugal seguia no sentido do pluralismo, da democracia e da liberdade de expressão". -----

As chefias militares consideraram que o seu "mérito e os serviços prestados à Pátria" justificam a "promoção por distinção". A promoção a Major-General foi confirmada pelo 19º Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, a 14 de Abril de 2009. -----

Portugal deve-lhe muito. Dotado de uma coragem extraordinária, lutou pela liberdade em duas ocasiões históricas decisivas: Em 1974, no 25 de Abril, na queda do regime autoritário e, mais tarde, quando a 25 de Novembro de 1975 foi necessário impedir o avanço daqueles que, pela força das armas, pretenderam atraiçoar os ideais da revolução democrática. -----

Por tudo isto, os vereadores do PSD na câmara municipal de Odivelas prestam o seu tributo e a sua sentida homenagem a Jaime Neves, pelo seu papel na construção da democracia, que hoje vivemos e que nos permite, que aqui e agora possamos livremente exprimirmo-nos."-----

A Senhora Vereadora Fernanda Franchi, pela bancada do PS, proferiu uma declaração política, "Agenda Temática: Odivelas, Bom para Crescer", que seguidamente se transcreve: -----

"A Educação e a Escola Pública são instrumentos essenciais para o Conhecimento, enquanto pilar fundamental para o desenvolvimento humano, social e para a coesão e progresso da sociedade portuguesa. -----

Esta será, porventura, a melhor conclusão da agenda temática dedicada à Educação iniciada em novembro, sob a designação "Odivelas, Bom para Crescer", e que terminou no passado dia 25 de janeiro com um grande Encontro Nacional, onde estiveram representados as forças políticas com assento na Assembleia da República (exceto o bloco de Esquerda que manifestou indisponibilidade para o fazer). Este grande Encontro contou ainda com a participação de três consagrados especialistas de reputação nacional e internacional na área do ensino, designadamente, os professores Jorge Rio Cardoso, Manuel Carmelo Rosa e Santana Castilho. A moderação dos painéis coube à Dra. Celeste Correia, professora de formação, antiga deputada e ex-vice-presidente da Assembleia da República e ao professor Edgar Oleiro, diretor da Escola Secundária da Ramada e profundo conhecedor da realidade do ambiente educativo. -----

“Educação e Escola Pública: Que Futuro?” foi o tema proposto aos participantes, permitindo que conhecer, comparar e refletir sobre as diferentes perspetivas que cada uma das personalidades considera que poderá e deverá ser o futuro do ensino e da formação em Portugal. O Centro de Exposições de Odivelas foi o palco de um encontro que dignificou o Município e enriqueceu as largas dezenas de participantes, nomeadamente, pais, alunos, professores e dirigentes no auditório.-----

A Câmara Municipal de Odivelas, enquanto promotora do evento, adotou um conceito diferente do tradicional que permitiu valorizar e incentivar o trabalho desenvolvido por alunos e professores das escolas do Concelho, lançando-lhes o convite para integrar e participar na iniciativa através dos conhecimentos adquiridos na escola, nomeadamente na área da formação profissional. Neste quadro, a participação dos grupos corais das escolas EB2,3 Vasco Santana e da EB 2,3 António Gedeão, bem como, das turmas CEF (cozinha e serviço de mesa) desta última escola que asseguraram o coffee break do encontro, que contou com os produtos oriundos da Escola Agrícola D. Dinis, na Paiã, permitindo que este Encontro Nacional servisse de amostra do que se faz a nível do ensino básico e profissional no Concelho e que contribui para que Odivelas seja hoje considerado uma referência nacional e internacional enquanto Município Educador. - A Agenda “Odivelas, Bom para Crescer” visou, sobretudo, aprofundar ainda mais o relacionamento permanente entre a autarquia e a comunidade educativa, bem como, apurar a perspetiva que os responsáveis autárquicos possuem da realidade quotidiana da escola.-----

Neste contexto, a Presidente da Câmara Municipal, acompanhada pela Vereadora da Educação e de outros membros do executivo e técnicos municipais, realizaram um vasto conjunto de visitas a escolas de todos os agrupamentos escolares do concelho, bem como, um ciclo de encontros com as associações de pais e a respetiva federação do concelho.-----

Pais, encarregados de educação, alunos, professores e dirigentes escolares contribuíram de forma ímpar e profunda para que Odivelas tenha um nível de ensino público melhor, mais qualificado e eficiente. O PS reconhece e congratula todos os agentes educativos do nosso concelho que diariamente se dedicam e esforçam de forma incedível para que as nossas crianças e jovens estejam preparados e habilitados de modo a enfrentar os desafios do futuro.”-----

O Senhor Vereador Rui Francisco proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente-----

Não me surpreendem, os comentários do Vereador Carlos Bodião, quer em relação ao Partido Comunista, quer em relação aos comunistas, porque conheço e reconheço que o Vereador tem um problema qualquer com o Partido Comunista e com os comunistas. Eu recorro-me de comentários nesta Câmara que visavam objetivamente o Partido Comunista e os comunistas e ainda hoje não percebo porquê. Mas é assim, na vida

nós às vezes desenvolvemos ódios de estimação que não conseguimos explicar ou que os outros pelo menos não conseguem entender. -----

Ontem o que assistimos aqui Vereador e o que eu assisti aqui, foi a uma manifestação de democracia, onde, democracia na versão do PSD é as pessoas nem sequer poderem entrar. -----

Ontem foi convocada uma Assembleia Municipal para discutir uma matéria de relevância extrema para os municípios, mas também para os trabalhadores dos SMAS. E eu entendo que nessa qualidade é perfeitamente legítimo e é encorajador a forma como devem funcionar as instituições democráticas e a Assembleia Municipal em concreto, fórum em que os políticos debatem e ouvindo a população e ouvindo os interessados numa relação que tem que ser bidirecional, nós temos que os ouvir e eles têm que nos ouvir, em respeito naturalmente. E o que eu vi aqui ontem foi uma grande manifestação de legítima preocupação de mais de 2 centenas de trabalhadores naturalmente preocupados com o seu futuro, não vi agressões, ouvi um conjunto de 10 ou 12 intervenções de trabalhadores dos SMAS que o que vieram aqui dizer a esta Câmara para termos cuidado "porque é o meu futuro, é o futuro da minha família que está em causa". Eu não vejo nada de PREC nisso, não houve insultos, aliás, o maior insulto que eu ontem assisti aqui foi durante a intervenção de um trabalhador onde explicava a sua situação familiar haver deputados da assembleia municipal a rirem-se na cara deles, esse foi o maior insulto a que assisti aqui, mas desses não querem falar. Também não é bonito enquanto um trabalhador está a falar e dirigindo-se concretamente à Sra. Presidente de Câmara justificando a sua preocupação, a sua angústia, porque é o seu futuro e haver deputados da assembleia municipal a rirem-se na cara dos trabalhadores. E isso, esse tipo de comportamentos é que se calhar em vez de acalmar, inflamam o ambiente. -----

Quanto àquilo que os deputados da assembleia municipal do partido comunista fizeram, ou da CDU fizeram, não vi incitamento, eu próprio dirigi-me algumas vezes,...está gravado! Assim como deve estar gravado apenas na cabeça de alguns, coisas que nem sequer aconteceram. Eu próprio dirigi-me algumas vezes aos trabalhadores no sentido de os acalmar. Eu trabalhei 3 anos nos Serviços Municipalizados de Loures, antes de ser funcionário da Câmara Municipal de Loures, trabalhei lá 3 anos e conheço muitas daquelas pessoas que ali estavam e eu próprio levantei-me algumas vezes no sentido de falando com eles acalmá-los, eles têm o direito de ser ouvidos e naturalmente os deputados da assembleia municipal têm o direito de serem ouvidos com respeito também. -----

Sr. Vice-Presidente e Senhores Vereadores, é desumano pedir a um trabalhador, a um chefe de família, que pode ver o seu local de trabalho extinto, que pode estar na iminência de ir para o quadro de excedentes, pedir-lhe calma. Eu não conseguiria ter, se os senhores conseguem parabéns, eu não conseguia, na iminência de daqui a algum tempo estar sem emprego ou no quadro de excedentes eu não conseguia manter a calma e digo-vos muito sinceramente o tom das intervenções que ouvi aqui, até foi de alguma calma, de muito nervosismo naturalmente mas de alguma calma. -----

Há mais uma questão que não entendo. -----

Devo dizer aqui que a forma como, e em meu nome pessoal digo, a forma como em muitos momentos de tensão o Sr. Presidente da Assembleia Municipal dirigiu a assembleia foi muito, muito inteligente. Ao contrário daquilo que alguns pensam, que o desejável seria que mal existisse algum tipo de manifestação todos os trabalhadores fossem colocados na rua, e eu sei que havia esse sentimento espalhado aqui na sala, aliás para alguns dos que aqui estão melhor seria que nem sequer existisse público, nem nas reuniões de câmara, nem nas assembleias municipais. Nós fomos eleitos para 4 anos, nós agora fazemos o que queremos, nem prestar contas às pessoas temos, nem direito as pessoas têm de vir cá protestar e a dirigir-se em concreto a cada um dos Vereadores e à Presidente de Câmara têm esse direito, o exercício da democracia faz-se de 4 anos em 4 anos. Esse é o desejo de muitos que aqui estão, mas não é o nosso! -----
 Há aí um sentimento bafiento que paira no ar, de algum tempo para cá de quem gere o governo, de quem gere o país, de retrocesso, fascista, percebe e não se conformam, e o que estão a fazer é perigoso, porque os trabalhadores e o povo começam a tomar consciência que há de facto um retrocesso na democracia e isto é perigoso também para eles.-----

Disse Sr. Presidente!"-----

O Senhor Presidente em Exercício proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Sr. Vereador, eu hoje estou a dirigir esta reunião e, se estivesse como Vereador, teria com certeza outra intervenção. Mas não o posso, nem o devo fazer. Porém, calma tenho sempre. Que é algo que eu acho que todos nós devemos ter. Porque, mesmo quando as situações são mais complicadas, digamos assim, o destempero não ajuda a resolver nenhuma situação, pelo contrário, geralmente agrava, portanto eu não devo o destempero.-----

Não gosto, também, de me pronunciar à cerca de um outro órgão de soberania concelhia/ autárquica como é o caso. A assembleia municipal tem a sua legitimidade direta, que lhe advém do voto dos munícipes, tal como a têm as juntas de freguesia e, obviamente, o executivo municipal. -----

Portanto, utilizando uma expressão que a Presidente Susana Amador costuma utilizar muito, sinto-me desconfortável quando se trata de fazer observações relativamente ao funcionamento de um outro órgão. --- Naturalmente devo dizer, e para que conste, que discordo em absoluto, muitas vezes isso não acontece como sabe, mas discordo em absoluto da, digamos assim, da avaliação que o Sr. Vereador fez daquilo que aconteceu ontem. E, em abono da verdade, e porque está gravado, houve insultos sim senhor. -----

O insulto não pode ser nunca uma arma, digamos assim, democrática. Acima de tudo quando estamos na sede da democracia do Concelho de Odivelas, que é precisamente a assembleia municipal. -----

Mais: quando fala em “gostaria de fazer as coisas fechadas, não discutir, governar por 4 anos”, refere-se a quê? Refere-se, por acaso, ao Executivo Municipal e à Sr.ª Presidente? É que, dependendo daquilo a que se refere, então concluirei a minha intervenção de modo diferente.” -----

O Senhor Vereador Rui Francisco proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Uma coisa é aquilo que todos nós evocamos nas nossas intervenções e todos somos excelentes amantes da democracia. Eu tenho um entendimento que, na política e também neste concelho existem políticos e representantes de alguns partidos políticos, nesta ou noutra sede, que têm de facto dificuldades em lidar com manifestações populares, com as manifestações das pessoas nos órgãos, e estou convicto daquilo que estou a dizer. -----

Não vou dizer que a Sra. Presidente, ou Sr. Vice-Presidente ou alguns dos Senhores Vereadores aqui gostariam de ter reuniões à porta fechada. Aquilo que eu disse, e reitero, é que sufragados de 4 em 4 anos, os políticos têm que se sujeitar a este escrutínio de forma permanente pois só o exercício da democracia permanente é, verdadeiramente democrático. -----

Agora, Sr. Vice-Presidente não tenho dúvidas, pelos 7 anos que tenho passado nesta cadeira, de que já tenho assistido a manifestações de desconforto de muitos políticos quando se trata de as pessoas se manifestarem, e obviamente, não estou a falar nem da Sra. Presidente de Câmara, nem dos Srs. Vereadores, estou a falar de uma consciência que se vai instalando. -----
Disse!” -----

O Senhor Presidente em Exercício proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Não quero naturalmente transformar esta questão na questão central da nossa reunião. Naturalmente que sei que não deve ter sido confortável para os Srs. Deputados Municipais serem premiados com apelidos de “fascistas, fascistas, fascistas”. Penso que essas observações são completamente descontextualizadas da situação. -----

Ademais, e agora, com a sua permissão obviamente, embora já não vá comentar intervenções, gostaria de dizer aqui o seguinte: -----

Em termos de manifestações, não tendo sido feita qualquer referência pessoal, eu presumo que as pessoas que aqui estão presentes e que foram eleitas não têm receio de manifestações. -----

Olhe, por exemplo, quando era muito jovem, julgo que o Vereador Rui Francisco ainda não estaria na vida política, quando efetivamente era preciso defender a democracia, eu estive na manifestação da Alameda e em muitas outras manifestações democráticas. -----

As manifestações são, se se quiser até, muitas vezes o sal da política. Mas não nos podemos esquecer que existe a legitimidade de quem é eleito e que deve ser exercida até ao limite, que é outra vertente, como é óbvio, do exercício da cidadania.” -----

O Senhor Presidente em Exercício, pela bancada, do PS, apresentou um **voto de pesar**, pelo falecimento de Marques Júnior, que seguidamente se transcreve: -----

 "No último dia de 2012 tomamos conhecimento do desaparecimento de um homem bom, um cidadão exemplar. De um homem género de uma entrega cívica total. Era um democrata convicto, que defendia apaixonadamente os princípios e os valores de abril que ajudou a conseguir e a consolidar em nome da liberdade.-----

Um homem que perpetuo o seu nome na história do país e da democracia portuguesa. Militar de abril, membro do conselho da revolução desde 1975 até à sua extinção, deputado da Assembleia da República ao longo de 8 legislaturas, vice-presidente e presidente do conselho de administração da casa da democracia portuguesa. Exemplo pela simplicidade, pela sua generosidade e pela sua autenticidade, vivia a vida intensamente e expressava o que pensava sem rodeios. Membro da comissão política do PS, a personalidade Marques Júnior extravasava o partido onde militava. -----

Marques Júnior será recordado pela sua integridade, pelos valores humanistas, pelos princípios democratas pelos quais proclamava e exercia de forma impar e permanente.-----

Perante a sua partida, o Executivo Municipal exalta a sua memória."-----

O Senhor Vereador Carlos Bodião, pela bancada do PSD, solicitou a palavra em defesa de honra. -----

O Senhor Vereador Rui Francisco proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

 Sr. Vice-Presidente e Sr. Vereador, eu tenho ouvido esse argumento da partilha à data da assinatura do protocolo.-----

Sr. Vereador alguém acredita que com o crescimento populacional que os dois concelhos tiveram, hoje seria possível os SMAS terem o mesmo número de trabalhadores e o mesmo equipamento que tinham à data da assinatura do protocolo, ninguém acredita nisso??? É óbvio que a partilha terá que ser feita com os elementos de hoje. -----

Se o Sr. Vereador me disser assim, entretanto foram feitos muitos atropelos à boa gestão, entraram recursos a mais e nós não estamos disponíveis para pagar isso, isso é uma coisa, agora à data é impossível. Também no nosso território foram necessários mais trabalhadores dos serviços para fazer face àquilo que são as necessidades da prestação de serviço, portanto esta é uma falsa questão. -----

O que tem que haver e nós temos apelado, é que exista uma comissão técnica de ambos os municípios supervisionada pelos dirigentes políticos de um e de outro concelho e que cheguem a um entendimento.-----

A partilha vai ser uma coisa muito complexa, sabemos e não havendo entendimento é o tribunal que decidirá -----



Para terminar, o Vereador pediu a palavra para a defesa da honra, acabei por não perceber porque o fez pois não o acusei de fascista e muito menos de comunista mas acabou por fazer de novo uma avaliação sobre a forma de como correu a assembleia municipal, precisamente aquilo que o Sr. Vice-Presidente disse que ele próprio não fazia. -----

Eu volto a dizer quem não compreende a situação daquelas pessoas, o seu desespero atual perante a decisão de ontem, quem não compreende isto não sei o que aqui anda a fazer. Tem que haver uma dose de humanidade e de sensibilidade, os insultos a que se refere, quando o munícipe diz que o Executivo fez uma leitura ignorante do documento ou do processo, se calhar o que está a dizer é que o Executivo é ignorante na medida em que não ouviu tudo ou não ouviu todas as partes, ou que não aglutinou para o estudo outro elementos. Ficar melindrado com este tipo de afirmações é exagerado. Depois é como o Sr. Vice-Presidente diz, como o Sr. Vereador diz, o clima aquece como uma bola de neve, porque se houver de um lado calma e capacidade de gestão do conflito muito bem. Acredito que no momento alguém tenha dito mais do que o que o momento permitia, mas não acredito que aquelas pessoas devam ser desencorajadas a continuar a vir cá, a colocar as questões que têm que colocar em defesa do seu próprio interesse e neste caso em concreto uma coisa muito importante que é o seu emprego e acredite cada trabalhador dos SMAS, neste momento, vive uma angústia que não desejo a nenhum dos Srs. Vereadores. -----

E temos também que ser sensíveis a isto, pelo menos perceber, não basta já nós estarmos a trilhar por um caminho que vai nesse sentido, quanto mais ainda não percebemos que a sua descarga emocional se deve antes de mais a uma profunda angústia e a uma profunda incerteza relativamente ao seu futuro. -----

Eu compreendo-os e respeito a sua preocupação...os Srs. lá saberão." -----

Senhor Presidente em Exercício proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Eu gostaria de dizer que, e é apenas um entendimento meu obviamente, quando se afirma que nós não temos a noção do que aquelas pessoas estão a sentir, eu julgo que se deveria dizer que nós não temos a noção do que é que cerca de 1 milhão de portugueses neste momento estão a sentir. Mas acho que é injusto dizer isto assim porque acho que todos aqueles que aqui estão têm famílias com pessoas no desemprego. Eu, na minha família, tenho pessoas desempregadas. Falo com elas, sinto e acompanho os dramas e ajudo no que posso, porque a vida é complexa e difícil. -----

Portanto, e utilizando um chavão, direi que nós temos com certeza massa crítica para entender o drama que as pessoas estão a viver e as dúvidas que têm. Mas, neste momento, julgo que o país é constituído por 10 milhões de dúvidas. -----

Por outro lado, quanto ao apelo que o Sr. Vereador fez direcionado ao Executivo e à Sr.^a Presidente, e, naturalmente, não respondendo pela Sr.^a Presidente, vou apenas dizer que este processo dos SMAS foi um processo que todos acompanhámos. Foi um processo longo, difícil, de muita complexidade. -----



Mas há uma coisa que é um facto: é que nunca se ouviu nenhum responsável do Executivo Municipal criticar os trabalhadores dos SMAS. Os trabalhadores dos SMAS não foram criticados em nenhum instante. Porque, naturalmente, o que os trabalhadores dos SMAS fizeram, bem ou mal (não o vou aqui discutir), fizeram, obviamente, cumprindo ordens de quem os liderava. -----

Portanto, essa questão não se pode colocar.-----

Por outro lado, não vale a pena elidir uma situação: a entidade patronal dos trabalhadores dos SMAS não é a Câmara Municipal de Odivelas é a Câmara Municipal de Loures. Este facto não pode ser esquecido e é um facto estratégico. -----

Mas, na minha ótica, ainda pior do que isso, é o facto de não ser possível unirmo-nos com quem sempre rejeitou liminarmente essa união. -----

Odivelas nunca foi ouvida. Loures nunca quis ouvir Odivelas. -----

E, se em dado momento, havia situações, e houve, em que havia algum incumprimento financeiro, neste momento há muito que não existe. Não é neste momento, e não o é de há vários anos a esta parte, sob a gestão de Susana Amador, que essa questão existe.-----

Portanto, é bom que se entenda que, neste processo, Odivelas esteve quase sempre a falar sozinha. Ora bem, não se consegue fazer uniões, nem soluções de intermunicipalização, quando uma das partes não é ouvida e quando a outra não quer. A outra parte não quer que seja assim. A outra parte recusa liminarmente o diálogo.-----

Termino. -----

Ontem, um político que aprecio, e que é precisamente o responsável do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, Bernardino Soares, foi entrevistado na televisão. Foi entrevistado enquanto candidato à Câmara Municipal de Loures e eu ouvi toda a entrevista. E ele foi taxativo nas críticas que fez. E disse, relativamente aos SMAS, tudo aquilo que nós aqui também temos dito. Daí que eu tivesse pensado que tinha sido uma pena essa intervenção não ter sido algumas horas antes. Se calhar teria evitado algumas das intervenções que aqui se ouviram."-----

O Senhor Vereador Hugo Martins proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

Relativamente ao que interessa e não entrando aqui num debate inoportuno, ou colocando mais achas para a fogueira, quero apenas que façamos todos em conjunto, os que aqui estão e os que aqui estiveram ontem, uma pequena reflexão. -----

Não vou comentar as declarações do Vereador Carlos Bodião nem do Vereador Rui Francisco, porque eu também cá estive. Quero apenas dizer e que constatássemos alguns factos. Isto é, aos órgãos deste município julgo que ninguém lhes reconhecerá qualquer impedimento de funcionamento da democracia, da

manifestação ou da liberdade das pessoas. Recordo o processo do Odivelas Futebol Clube, entre outros, e tudo o que aqui decorreu. -----

Recordo, por exemplo, e aqui é a minha opinião, que se a Câmara e a Assembleia, não teriam legitimidade, tal como acontece na Assembleia da República, para quando os lugares sentados estivessem totalmente ocupados não fosse permitido o acesso a mais ninguém. E isso não foi o que aconteceu e, atenção, estou a constatar factos. Digo e questiono, ainda, se estamos perante uma grande demonstração de democracia quando os eleitos estão a falar e a intervir e são objeto de comentários mais ou menos apropriados, mais ou menos circunstanciais e se tudo isso é possível e permitido. Quero também que observemos se é possível, ou se existirá alguma condição de avaliação do comportamento e das atitudes de alguns deputados municipais, que não conseguem separar os 3 ou 4 papéis que diariamente desempenham, nomeadamente, como deputados municipais, como funcionários dos SMAS, como trabalhadores afetos aos sindicatos ou como representantes de partidos políticos e que tiveram um comportamento de incentivo à agitação e ao alvoroço, liderando propriamente os manifestantes. Acho que todos devemos fazer uma reflexão, e recordo que a certa altura onde está sentado hoje o Sr. Arquiteto António Sousa já haviam funcionários dos SMAS, onde está o Dr. Paulo Bernardo e Sousa haviam manifestantes a dar murros nas mesas, debruçados em cima de deputados municipais: Também cá estive, também assisti e registei e também estará gravado na minha memória futura. Conforme foi aqui referido pelo Sr. Vereador Rui Francisco que se os ânimos se exaltassem ainda mais e se a tal bola de neve que referiu, se avolumasse, talvez aqui estivéssemos hoje todos a lamentar algo que tivesse ocorrido e a procurar de quem seria a responsabilidade. Se a responsabilidade seria da Assembleia que não garantiu as condições de segurança, tal como no caso do autocarro da Sertã, pois quando acontecem incidentes procuram-se sempre culpados e responsáveis. -----

que eu pergunto e a reflexão que quero aqui deixar, e falo da permissividade que foi instalada, é que foi permitido tudo a todos e julgo que temos de pensar que se algo de menos bom tivesse ocorrido, se ontem tivessem existido consequências à integridade física das pessoas, que estiveram iminentes, o que estaríamos hoje aqui a fazer, senão a apurar culpados e responsáveis, se seria a mesa da Assembleia Municipal porque não garantiu a segurança e se demitiu daquilo que deve ser o seu papel, que era garantir o bom funcionamento, se seriam os sindicatos, se seriam os funcionários, etc.-----

Devo dizer que também recebi o STAL e que sempre procurei manter uma postura elevada nestes processos, e acho que as pessoas que intervieram, com certas exceções, o fizeram de forma digna e compreensível face às suas preocupações. -----

Agora entendo que todos, sem exceção, devem refletir sobre o que se passou aqui ontem, deputados municipais, mesa da assembleia municipal, funcionários dos SMAS, funcionários dos sindicatos, membros do Executivo Municipal, e pensarmos que ontem podíamos ter assistido a uma tragédia, pois todos sabemos o que são os fenómenos de massas e as avalanches que se repercutem. E agora estávamos aqui a apontar o dedo uns aos outros, uns porque não fizeram e deveriam ter feito, outros porque acicataram a

situação, e portanto, o que eu espero é que no futuro o bom senso prevaleça, que nunca seja impedida a liberdade de expressão, e que os funcionários tenham consciência que têm os seus representantes nos sindicatos e nas comissões de trabalhadores, caso contrário não faria sentido a sua existência. -----

Devo dizer que o que me preocupa, no fundo, é o radicalizar de posições e o extremar de algumas atitudes que nos possam a todos no dia seguinte pensar o que é que poderíamos ter feito e o que é que poderíamos ter evitado. -----

E digo isto porque saí daqui bastante preocupado do ponto de vista da democracia. E é essa com a qual enchemos a boca todos os dias, que devemos preservar, e ter consciência que muitas vezes há um limite muito ténue entre a permissividade e o excesso. Todos temos essa responsabilidade e eu não me demito dela e quero que vocês todos saibam disso.”-----

A Senhora Vereadora Fernanda Franchi proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Não poderia deixar passar, sendo este assunto demasiado importante, sem exprimir também aquilo que penso a este nível, até porque foram feitas algumas declarações pelo Sr. Vereador Rui Francisco, com as quais eu não concordo. Mais ainda, e sendo esta reunião pública e estando a ser transmitida, os munícipes de Odivelas e outros que não estiveram presentes nesta assembleia, podem ser induzidos em erro pelas afirmações proferidas pelo Vereador Rui Francisco que quanto a mim são perfeitamente incorretas, e digo incorretas por isto. -----

Neste mandato e no anterior, ou seja desde de 2005, período em estou no Executivo e sob a presidência da Dr.ª Susana Amador, foram provavelmente os dois mandatos, onde mais próximo estivemos das pessoas.

Percorremos o Concelho, vamos ter com as pessoas e ouvimo-las sem medos, queremos saber o que elas pensam e, isto da democracia, não é discurso é a prática diária que nós temos. O meu gabinete e o gabinete da Sra. Presidente estão sempre abertos para ouvir quem queira colocar alguma questão. Vamos às escolas, vamos aos bairros, estamos em contato com a população e tentamos sempre dar respostas in loco e conhecer os problemas reais da população em geral e dar-lhes resposta. -----

Devo ainda referir, relativamente àquilo que se passou aqui ontem, que não considero que tenha sido um exercício da democracia, porque entendo a democracia como uma oportunidade de cidadania para pessoas se exprimirem, mesmo que não estejam de acordo umas com as outras. Todas têm o direito de se exprimir e de dar a sua opinião mas também têm o dever de ouvir o outro com respeito e, aquilo que ontem assistimos nesta assembleia municipal, que já alguém apelidou de vergonhosa, representou uma falta de respeito e um ataque à democracia. Ninguém aqui impediu quem quer que fosse de dizer o que lhe ia na alma e de colocar os seus problemas. O que aconteceu é que aqueles que colocaram os seus problemas e, devo dizer que, de uma maneira ou outra ordeiramente, acabaram por não permitir que outros expressassem as suas opiniões e não permitiram que a democracia acontecesse. -----



Considero que nenhum de nós foi eleito para ouvir injúrias, fomos eleitos para ouvir efetivamente a população, para ouvir os munícipes que nos elegeram, para resolver os seus problemas e respeitá-los. Contudo, e na minha opinião, o que se verifica nas várias assembleias municipais, ou pelo menos em algumas, é a existência de uma falta de respeito por todos os interlocutores. Porque atitudes como as que se verificaram não dignificam a Assembleia Municipal. -----

Rapidamente e para terminar, dizer também, que compreendo as angústias e a preocupação dos trabalhadores dos SMAS, por de algum modo terem medo que os seus postos de trabalho estejam em causa e, que por isso fiquem no desemprego. O que eu não entendo é que as pessoas venham para uma Assembleia Municipal, manipuladas, com a agressividade que como ontem se verificou, injuriar os outros, injuriar não só os membros da assembleia municipal mas, também os membros do executivo que ali estiveram até ao fim. Tenho também algumas dúvidas, sobre se estes trabalhadores fizeram a mesma manifestação junto da Câmara Municipal de Loures, entidade patronal a quem cabe dar resposta aos trabalhadores. -----

Durante a campanha eleitoral de 2009, o candidato, atual Presidente da Câmara de Loures, afirmou, repetidamente, que estava interessado em fazer uma empresa intermunicipal. Contudo, a seguir à sua tomada de posse, tomou o dito por não dito e afirmou que cada Município deveria encontrar uma solução própria, uma vez que já não estava interessado em fazer uma empresa intermunicipal. -----

Será que os trabalhadores o questionaram sobre isto? -----

Será que se interrogaram sobre a continuidade dos seus postos de trabalho? -----

A Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:

"Sr. Vice-Presidente, tentando ser breve, não resisto em dizer alguma coisa relativamente àquilo que tenho ouvido nesta discussão sobre o processo dos SMAS. -----

Começar por dizer, Sr. Vice-Presidente, o que a CDU tem afirmado ao longo dos últimos anos, lendo uma breve passagem da declaração de voto feita na última reunião extraordinária, onde se lê que "*... os serviços prestado pelos SMAS têm vindo a degradar-se de forma absolutamente intolerável e que esta é uma situação que não pode continuar...*". Importa lembrar isto porque o Sr. Vice-Presidente deu aqui a ideia de que o Deputado Bernardino Soares ontem fez uma afirmação que mais ninguém tinha feito. É importante dizer que a CDU tem denunciado isso desde há largos anos. E é também importante dizer que tal situação resulta da má gestão dos SMAS, cuja responsabilidade é de alguém do PS e que é também o presidente da Câmara de Loures. Esta gestão dos SMAS tem conduzido a esta degradação para justificar os processos de entrega da gestão a privados, que já está em curso em Odivelas e que em Loures seguramente estará em preparação. Não somos ingénuos e não acreditamos que isso não esteja a acontecer. -----



Quanto à indisponibilidade da Câmara de Loures, gostaríamos de ter (e já o solicitámos há umas semanas atrás), informação escrita sobre pedidos formais de reunião por parte da Câmara de Odivelas e respostas formais do Sr. Presidente da Câmara de Loures a dizer aquilo que tem sido dito aqui, que não quer encontrar soluções, que se recusa a dialogar. Nós queremos mais do que verbalização disso, nós queremos saber quando é que isso aconteceu, em que datas é que foram essas reuniões, que atas há dessas reuniões, que pedidos de reuniões foram feitos, e quando, e que respostas foram dadas. Porque este processo tem algumas coisas que não são transparentes, porque verbalizar que a Câmara de Loures não está interessada nós ouvimo-lo frequentemente, e não estamos a defender a Câmara de Loures, nem é essa a nossa preocupação, nem estamos interessados, Sr. Vereador Carlos Bodião, em voltar a ser um Concelho Loures/Odivelas porque a condução da história foi a que foi, levou à criação do Município de Odivelas e não vemos qualquer motivo para alterar essa realidade, não esteja o Governo a preparar um processo de fusão dos dois municípios outra vez, tal como está a fazer com as freguesias! -----

Há efetivamente um processo que é histórico, que é estrutural e em que os dois concelhos estão vinculados pois, no caso concreto dos SMAS, está por efetuar o processo de partilha. -----

E sobre isso, não faz sentido dizer-se que Odivelas não tem responsabilidades perante os trabalhadores dos SMAS. Tem sim senhor!. Tem, porque os SMAS são uma empresa que também presta serviço em Odivelas e como tal, tem uma dimensão do ponto de vista de recursos humanos, para responder também a este Concelho que é tão só constituído por cerca de 150 mil pessoas! -----

Portanto, existe um serviço que é comum a ambos os municípios e que tem que ser tratado com toda a cautela, têm que ser tidos em conta todos os fatores que aqui interferem e os trabalhadores não são números, são efetivamente as caras que ontem aqui estiveram na Assembleia Municipal. São aquelas caras e muitas mais!. -----

Meus Senhores, tem-se falado aqui muito de democracia. Ora, a democracia não é só a forma como cada um se expressa, a democracia não é só a democracia representativa ou a eleição de 4 em 4 anos, a democracia é também o respeito pelos direitos das pessoas. A democracia não é apenas um conceito formal, a democracia é algo que se materializa, que se traduz no dia a dia, naquilo que é também a forma como os eleitos exercem o cargo para o qual foram eleitos, passo a redundância. E quando os trabalhadores veem que o seu posto de trabalho está em causa é questionável sobre se os eleitos estão a cumprir o seu papel. Porque efetivamente este Executivo e o Executivo de Loures não foram eleitos para conduzir a processos que destruam postos de trabalho. -----

Democracia com a barriga vazia, democracia com o desemprego ou com a iminência do desemprego, é uma democracia vazia de conteúdo, a democracia não pode ser apenas formal. -----

A serenidade a que tanto se apela ... pergunto se temos "sangue de barata", pergunto, se na iminência de estarmos a ficar sem o nosso posto de trabalho tendo a consciência que há outras soluções, se temos o "sangue de barata" para fazer um discurso muito cuidado, muito pausado, nada inflamado. Temos que



avaliar as circunstâncias em que as pessoas estão porque estes problemas são geradores de grande pressão - o país vive de facto numa verdadeira panela de pressão - são geradores tensões graves. Quando se está na iminência de ficar sem recursos, sem saber o que fazer à vida, é o desespero que impera e nós não podemos escamotear estas situações. -----

Depois, dizer também, que os trabalhadores dos SMAS se têm batido pela defesa da sua empresa, pela modernização da sua empresa, pela renovação da frota, pela renovação dos equipamentos. Ou estamos esquecidos das greves que fizeram ao longo dos últimos anos? Se calhar para alguns as greves também são um excesso de democracia, se calhar para alguns serão, mas a verdade é que estes trabalhadores têm tido lutas intensas ao longo dos anos para defenderem também condições de trabalho para responder melhor aos munícipes de Odivelas. Não nos podemos colocar numa atitude egoísta de olhar só para o nosso umbigo e considerar que quando há problemas é com Loures e com os SMAS e que Odivelas não tem nada a ver com isso. -----

Sobre a questão da Assembleia “vergonhosa” ou não, obviamente eu escuso-me de fazer comentários porque não estive presente, fui acompanhando pela comunicação social, mas o conceito de vergonhoso levar-nos-ia a discussões muito longas porque não há apenas uma forma de discussão e de debate sobre as coisas.” -----

A Senhora Vereadora Sandra Pereira proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Relativamente às questões que foram aqui levantadas, e não sobre a Assembleia Municipal em concreto as quais não vou comentar, queria dizer que não se pense que somos completamente insensíveis à questão dos trabalhadores, questão que foi aqui colocada ontem. É mais do que legítimo que as pessoas sintam que têm que defender os seus postos trabalho e até é compreensível alguma emoção e mesmo algum excesso de linguagem. Aquilo que é preciso perceber é que a variável nesta equação não é apenas essa, mas é esta agora que está a servir de pressão sobre esta Câmara Municipal e sobre nós Vereadores. No entanto, é pena que muitas das pessoas que nos pressionaram e pressionam diariamente, seja quando andamos aí na rua, seja constantemente por email, ou ainda por qualquer outro contacto direto, e que exigem a resolução de um problema, não tenham aparecido, porque esses sim seriam muitos mais, e que são acima de tudo os munícipes de Odivelas. O PSD é um partido interclassista, um partido de gente trabalhadora. Eu própria e o Vereador Carlos Bodião na sua génese, somos pessoas trabalhadoras e estaremos sempre na compaginação dos interesses a que somos chamados a gerir, na defesa do interesse público e neste caso em particular, no interesse dos munícipes de Odivelas em serem bem servidos no abastecimento de água e na recolha do lixo. Os vereadores do PSD não podiam deixar de viabilizar uma solução que foi apresentada como uma forma de solucionar aquele que tem sido um problema de todos os habitantes do concelho de Odivelas. -----



Compreendo, como disse, o interesse dos trabalhadores, mas este não deixa de ser naturalmente um interesse que é mais particular, mas não deixando de ser um interesse atendível e que será o interesse dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Loures.-----

Reitero que não somos insensíveis a isso, nem poderíamos ser, somos pessoas, mas há outras variáveis que tornam a questão bem mais complexa e como tal, ponderada a todos os níveis.-----

Para terminar queria só dizer que muito se falou em democracia, em liberdade de expressão. A democracia é também a liberdade de expressão, a democracia também é a capacidade de reivindicar e de lutar pelo que se acredita, mas também é a capacidade de aceitar opiniões contrárias e de acatar as decisões de quem legitimamente tem essa capacidade para decidir. Ao que sei também, e não querendo entrar muito no comentário da Assembleia Municipal, ao que sei também, foi exatamente isso que não aconteceu mesmo atendendo a toda a compreensão que possa existir perante o drama humano das pessoas que entendem que o seu posto de trabalho está ameaçado. Mas a democracia tem exatamente destas coisas. Nós podemos sempre dizer tudo aquilo que pensamos, mas também devemos ouvir, e no final quem legitimamente tem capacidade para decidir, decide, e temos muitas vezes de acatar essas decisões, mesmo que por vezes (e que por muitas das vezes) não sejam decisões que venham ao encontro dos nossos interesses. -----

Disse!" -----

O Senhor Vereador Carlos Bodião e a Senhora Vereadora Fernanda Franchi ausentaram-se dos seus lugares. -----

O Senhor Presidente em Exercício colocou à votação a admissão da Moção "A importância histórica e de tradição do Regimento de Engenharia n.º 1", para discussão, tendo sido admitida por unanimidade. -----

O Senhor Vereador Carlos Bodião retomou o seu lugar na reunião. -----

O Senhor Presidente em Exercício colocou à votação a admissão do Voto de Pesar, para discussão, tendo sido admitido por unanimidade. -----

O Senhor Vereador Carlos Bodião ausentou-se do seu lugar. -----



Não se tendo registado intervenções o Senhor Presidente em Exercício colocou a Moção “A importância histórica e de tradição do Regimento de Engenharia n.º 1”, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

Não se tendo registado intervenções, o Senhor Presidente em Exercício colocou o Voto de Pesar à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

O Senhor Vereador Carlos Bodião e a Senhora Vereadora Fernanda Franchi, retomaram o seu lugar na reunião. -----

Seguidamente foi aberto um Período de Intervenção ao Público.-----

Foram chamados a intervir: -----

A Senhora Maria Nair Guerreiro Egreja que se referiu às oficinas situadas nas traseiras da sua residência.

O Senhor Presidente em Exercício deu a palavra à Dra. Elisabete Lucas, que prestou esclarecimentos às questões colocadas. -----

O Senhor Joaquim Barreira que se referiu ao Bairro dos CTT's. -----

O Senhor Presidente em Exercício deu a palavra ao Senhor Arquiteto António Sousa que prestou esclarecimentos sobre as questões colocadas. -----

O Senhor Manuel Rodrigues Gonçalves Carvalhinho que se referiu à construção da via T17, no Vale do Forno e ao requerimento efetuado à Vertente Sul sobre um terreno situado entre o lote 62, 57C e 57D no Vale do Forno, Escala 80, Secção L. -----

O Senhor Arlindo de Jesus, que se referiu à construção e toponímia da Via T17 – Vale do Forno na Encosta da Luz. -----



O Senhor Adão da Conceição Luís que solicitou esclarecimentos relativamente à Via T17 que passou pelo seu próprio terreno. -----

O Senhor Presidente em Exercício prestou esclarecimentos sobre as questões colocadas. -----

Maria da Glória Cunha Andrade que se referiu à perda da sua habitação. -----

O Senhor Presidente em Exercício prestou esclarecimentos ao assunto apresentado. -----
Ainda sobre este assunto registaram-se as intervenções da Senhora Vereadora Maria da Luz e da Senhora Vereadora Fernanda Franchi. -----

Eram 12h50m, quando o Senhor Vereador Paulo Aido se ausentou da reunião. -----

O Senhor Vereador Hugo Martins ausentou-se do seu lugar. -----

O Senhor Presidente em Exercício colocou para deliberação a retirada do seguinte ponto da Ordem do Dia: -----

4.2 - Proposta de Aprovação de Donativos da Fundação Belmiro de Azevedo – Alimentos e Materiais para os Animais do Parque dos Bichos. (GVM) -----

colocada à votação, a retirada do ponto na Ordem do Dia, foi aprovada, por unanimidade. -----

O Senhor Presidente em Exercício colocou para deliberação a inclusão dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

2.1 – Processo Disciplinar N° 01/DTO/2012.(PRES) -----

2.2 – Concessão de Parecer Genérico Favorável à celebração de Contratos de Prestação de Serviços e de Aquisição de Serviços. (DJGFP) -----

2.3 – Integração do Saldo de Gerência Orçamental no Mapa de Fundos Disponíveis – Aprovação de Mapa de Fluxos de Caixa. (DJGFP) -----

Colocada à votação, a inclusão dos pontos atrás referidos na Ordem do Dia, foi a mesma aprovada, por unanimidade. -----

II - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MUNICÍPIO -----

2.1 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº 01/DTO/2012 -----

Presente, para deliberação, por escrutínio secreto, o arquivamento do procedimento, conforme proposto pela Instrutora no relatório final, datado de 24 de janeiro de 2013, constante do processo disciplinar instaurado a Alberto Manuel Lopes Marques Varandas, de acordo com informação Interno/2013/910, que seguidamente se transcreve; -----

INFORMAÇÃO:-----

"Exma. Senhora Presidente,-----

Instaurado o processo disciplinar ao trabalhar Alberto Manuel Lopes Marques Varandas, através do Despacho n.º 49/PRES/2012, de 29 de novembro, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 48º da Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, remete-se, à entidade que mandou instaurar o processo disciplinar, o relatório final (em anexo), com proposta de arquivamento dos autos."-----

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

"A SAOM para distribuição pelos Senhores Vereadores com proposta de ponto a incluir na reunião pública de 30 de janeiro de 2013."-----

Aprovado, por unanimidade, por escrutínio secreto, o arquivamento do procedimento, conforme proposto pela Instrutora no relatório final, datado de 24 de janeiro de 2013, constante do processo disciplinar instaurado a Alberto Manuel Lopes Marques Varandas, de acordo com informação acima referida. -----

O Senhor Vereador Hugo Martins retomou o seu lugar. -----



2.2 - CONCESSÃO DE PARECER GENÉRICO FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. (DJGFP) -----

Presente, para deliberação, o proposto na informação n.º Interno/2013/851, de 2013-01-23, com despacho da Senhora Presidente, aprovar o parecer genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços e de aquisição de serviços, nos termos da informação acima referida, que seguidamente se transcreve; -----

INFORMAÇÃO:-----

“A lei que procedeu à provação do Orçamento de Estado de 2013 (Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro), doravante LOE, contempla um conjunto de medidas com vista a reduzir os encargos do Estado e das entidades públicas em geral. -----

Nos termos dos nºs 4, do artigo 75º, do referido diploma legal, carece de parecer prévio vinculativo, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro alterada pelas Leis nºs 64-B/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:-----

- Contratos de prestação de serviços na modalidade de tarefa e avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica. -----
- O parecer prévio vinculativo nas Autarquias Locais é, segundo o disposto no n.º10º do artigo em análise, da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos na alíneas a) e c), do nº 5, bem como da alínea b), do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramites regulados pela Portaria referida no nº 1, do artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril. -----

Cumprir ainda assinalar que, até à presente data, não foi publicada a Portaria a que se refere o nº 1, do artigo 6º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro.-----

Apesar de não ter ainda sido emitida a regulamentação aplicável aos termos e à tramitação do referido parecer, a norma que prevê a exigência de parecer prévio vinculativo vigora na ordem jurídica, devendo, por tal facto, ser-lhe dado cumprimento. -----

Salienta-se ainda que, no momento da entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado de 2011, aprovada pela Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi posição maioritária que a exigência de parecer prévio vinculativo era apenas aplicável aos contratos de prestação de serviços de tarefa e avença e de



consultadoria técnica, e não a todo e qualquer contrato enquadrável na categoria de contratos de prestação de serviços.-----

Com a publicação do diploma que veio estabelecer as normas de execução orçamental para 2011 (Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 21 de Março), verificou-se que este diploma veio contemplar expressamente, no nº 2 do art. 69º, as aquisições de serviços que não estão sujeitas a redução remuneratória e a parecer prévio, deixando claro que a exigência de parecer prévio favorável é aplicável a todos os contratos de prestação de serviços independentemente do objeto.-----

A LOE de 2013, contempla já, nos nº 6 a 8, do art. 75º, e à semelhança do que foi determinado na Lei de Execução Orçamental de 2012, quais as aquisições de serviços que não estão sujeitas a redução remuneratória e a parecer prévio. Desta forma, é atualmente entendimento de que todas as aquisições de serviços que não estão contempladas no nº 6, do art. 75º da LOE de 2013, estão sujeitas a parecer prévio. De especial importância revestem-se os contratos de prestação de serviços que visam satisfazer necessidades que exorbitam do normal funcionamento dos serviços e que se apresentam como indispensáveis ao prosseguimento das atribuições cometidas a esta Autarquia. -----

No âmbito da Administração Central foi publicada a Portaria nº 9/2012, de 10 de Janeiro, do Ministério das Finanças, que no seu art. 4º, concede parecer genérico favorável a celebração de determinadas prestações de serviços, o que promove a desburocratização dos procedimentos.-----

Nestes termos, e como forma de assegurar o regular funcionamento dos serviços, promovendo a desburocratização e a regular e célere tramitação dos procedimentos conducente à celebração de contratos de prestação de serviços, deve o Executivo Municipal deliberar:-----

1. A concessão de parecer genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços nas situações previstas nos nºs 4 e 6, do art. 75º, da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro, desde que o contrato não ultrapasse o montante anual de 75.000€ (valor sem IVA), sendo que, as prestações de serviços que se contratem ao abrigo do parecer prévio genérico têm de obedecer aos seguintes requisitos: -----

- a. Tem de estar em causa a execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público;-----
 - b. Inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacente às contratações a efetuar ao abrigo do parecer genérico. -----
- Verificação do cumprimento da redução remuneratória prevista no nº 1, do artigo 27º da LOE para 2013, caso seja aplicável. -----
 - A autorização para assunção de um compromisso é sempre precedida pela verificação da conformidade legal da despesa, nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, e demais legislação aplicável. -----



2. A concessão de parecer prévio favorável à renovação de contratos de prestação de serviços cujo valor anual do contrato não exceda os 75.000€, e sempre que se encontrem verificados os requisitos do nº anterior e demais legislação aplicável. -----

3. A concessão de parecer prévio favorável à renovação de contratos de prestação de serviços, quando a adjudicação for feita ao abrigo do dos art.º 128º e seguintes do DL 18/2008, de 27 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos).-----

3. Os encargos financeiros que devam suportar as contratações referidas nos números anteriores, devem ser inscritos em rubrica orçamental correspondente, em sede de orçamento;-----

4. Que o parecer genérico favorável aplica-se a todos os contratos de prestação de serviços que se enquadrem nas situações anteriores, que por via de celebração ou renovação, produzam efeitos desde 1 de Janeiro de 2013.”-----

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

“À SAOM. Para submeter à consideração do Executivo Municipal a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos da Reunião de 30/01/2013, para deliberação.”-----

Aprovado, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente em Exercício, dos Senhores Vereadores das bancadas do PS e do PSD e com os votos contra dos Senhores Vereadores da bancada da CDU, o parecer genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços e de aquisição de serviços, nos termos da informação acima referida.-----

O Senhor Vereador Rui Francisco, pela bancada da CDU, apresentou uma Declaração de Voto que seguidamente se transcreve: -----

“Em coerência e à semelhança da proposta que nos foi presente há um ano sobre a proposta de parecer prévio genérico à celebração e renovação de contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa de manutenção e de prestação de serviços de consultadoria técnica, que acabou de ser aprovada com os votos da maioria PS/PSD que gere esta câmara, o voto dos vereadores da CDU só pode continuar a ser o voto contra pelas mesmas razões que então expressámos e que agora reiteramos.-----

Autorizar prévia e genericamente que se contratem consultadorias ou outras prestação de serviços, nos termos e condições que bem entendem, quer quanto ao objeto quer quanto ao valor, sem que previamente possamos em concreto conhecer, apreciar e tomar a adequada posição sobre cada uma das situações que, de forma específica e diferenciada se coloque, significa do nosso ponto de vista a demitirmo-nos da responsabilidade, enquanto eleitos e perante quem nos elegeu, a abdicar do exercício dos poderes/deveres

de acompanhamento e fiscalização da gestão que, enquanto força política na oposição nos estão cometidos. Tal é para nós inaceitável.-----

Na prática isso corresponde a emitir um “cheque em branco”, a concordância em abstrato com as decisões de quem manda nesta câmara, que ao longo do tempo tem assumido opções de gestão com as quais e como é conhecido temos tido, em algumas matérias, discordâncias de fundo, o que naturalmente não se compagina com a intervenção responsável, ativa e do nosso ponto de vista e se falsas modéstias empenhada e qualificada com que temos vindo e queremos continuar a exercer o nosso mandato. -----

Ao invés, assumimos a defesa de que, no cumprimento do quadro legal aplicável, tudo o que carece de deliberação ou parecer deste órgão a este órgão deverá ser submetido e o que dessa deliberação ou parecer não carecer deverá então ser assumido por quem legalmente tenha essa competência, seja ela originária ou delegada. Assim, em nosso entender, melhor se assegurará o respeito pelos princípios de rigor e transparência que sempre deverão nortear a atuação quer dos órgãos eleitos, quer dos seus membros, individualmente considerados.-----

Invocar a periodicidade quinzenal das reuniões e a necessidade de cumprimento de regras de eficácia e eficiência, como fundamento para a proposta, não é do nosso ponto de vista plausível num quadro em que, sem dificuldades e com cada vez maior frequência, este executivo tem optado por marcar reuniões extraordinárias, e o aumento da eficácia e eficiência preconizadas facilmente se atingirá com a implementação de regras, circuitos e procedimentos internos que o assegurem.-----

Não nos recordamos aliás, ao longo de todos estes anos, de nenhuma situação em que a prestação de serviços necessários ou a celebração de qualquer avença ou tarefa igualmente necessárias tenham sido postas em causa por motivos de ausência da respetiva e atempada deliberação por parte deste órgão. -----

As nossas posições são tomadas perante propostas concretas, a partir da concreta análise que sobre elas efetuamos e sempre à luz do que entendemos dever ser uma gestão correta, rigorosa e prudente, com os olhos postos no que melhor serve este concelho e as populações. E do nosso ponto de vista assim deveria continuar a acontecer, razão pela qual, e em coerência, votámos contra esta proposta.” -----

2.3 – INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA ORÇAMENTAL NO MAPA DE FUNDOS DISPONÍVEIS – APROVAÇÃO DE MAPA DE FLUXOS DE CAIXA. -----

Presente, para deliberação, o proposto na informação n.º Interno/2013/1041, de 2013-01-28, com despacho da Senhora Presidente, aprovar o mapa de fluxos de caixa relativo ao exercício económico de 2012, para integração do saldo de gerência transitado nos fundos disponíveis de 2013, nos termos da informação acima referida e que seguidamente se transcreve; -----



INFORMAÇÃO:-----

“Considerando que:-----

1. Com a entrada em vigor da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro - Lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA) – o município de Odivelas só poderá assumir novos compromissos até ao montante dos fundos disponíveis, calculados nos termos da alínea f) do artigo 3º da citada lei; -----
2. A publicação do Decreto-Lei nº127/2012, de 21 de Junho, que veio regulamentar a aplicação da LCPA, torna claro que os saldos transitados do ano anterior (saldo de gerência orçamental), cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da lei, integram os fundos disponíveis – alínea a), do nº3, do artigo 5º;-----
3. O saldo de gerência orçamental, no valor de 2.070.322,47 € (dois milhões, setenta mil, trezentos e vinte e dois euros e quarenta e sete cêntimos), relativo ao ano de 2012 está já apurado através do mapa fluxos de caixa, mapa constituinte dos documentos de prestação de contas; -----
4. Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea e), do nº 2, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar os documentos de prestação de contas;-----

Propõe-se que o Executivo delibere a aprovação do mapa de fluxos de caixa relativo ao exercício económico de 2012, para integração do saldo de gerência transitado nos fundos disponíveis de 2013. -----

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

“SAOM. Para submeter à consideração do Executivo Municipal a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos da Reunião de 30/01/2013, para deliberação.”-----

Aprovado, por unanimidade, o mapa de fluxos de caixa relativo ao exercício económico de 2012, para integração do saldo de gerência transitado nos fundos disponíveis de 2013, nos termos da informação acima referida referenciada. -----

III - PROCESSOS MUNICIPAIS E DE PARCERIA E PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO -----

1 - PROPOSTA DE CABIMENTO E COMPROMISSO ANUAL PARA 2013 - FATURAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SIMTEJO 2013. (DGEJCA) -----

Presente, para deliberação, o proposto na informação n.º Interno/2013/576, de 2013-01-17, com despacho do Senhor Vereador Carlos Bodião e da Senhora Presidente, aprovar o cabimento e compromisso referente à prestação de Serviços SIMTEJO 2013, no valor de € 4.395.713,81, (quatro milhões, trezentos e noventa e

cinco mil, setecentos e treze euros e oitenta e um cêntimos) para o ano de 2013, de acordo com a informação acima referida, que seguidamente se transcreve; -----

INFORMAÇÃO:-----

“Nos termos do ofício Ref.^a SMTJ/S-0025492012, de 12-12-2012 da SIMTEJO, SA o qual se junta em anexo, o valor estimado para 2013 da faturação referente à prestação de serviços, será de 4.305.713,81€ (quatro milhões, trezentos e cinco mil, setecentos e treze euros e oitenta e um cêntimos).-----

De acordo com o ofício recebido, este valor não inclui a TRH – Taxa de Recursos Hídricos. Deste modo, e após consulta à faturação do ano transato, estima-se que para 2013, o valor com esta taxa será de € 90.000,00 € (noventa mil euros).-----

Como forma de salvaguardar a legalidade dos procedimentos de natureza financeira, e face ao limite de decisão da Sra. Presidente da Câmara, na locação e aquisição de bens móveis e serviços, nos termos do art.º 29.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º197/99 de 8 de junho, se situar nos € 748.196,85 (deliberado na 1.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal em 2005.11.04), solicita-se que a cabimentação prévia e o respetivo compromisso do valor 4.395.713,81 € (quatro milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e treze euros e oitenta e um cêntimos) para o ano de 2013, seja objeto de deliberação da Câmara Municipal. -----

Mais se informa que a presente despesa tem dotação orçamental na rubrica 26.06/02.02.20 – Plano 102/A/2013 (cuja dotação é de 4.400.000,00€).” -----

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR CARLOS BODIÃO: -----

“A Sr.^a Presidente para os procedimentos solicitados.” -----

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

“A SAOM para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara. Após prévia cabimentação.” -----

Aprovado, por unanimidade, o cabimento e compromisso referente à prestação de Serviços SIMTEJO 2013, no valor de € 4.395.713,81, (quatro milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e treze euros e oitenta e um cêntimos) para o ano de 2013, de acordo com a informação acima referenciada. -----



3.2 - PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS À “REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO” E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS. (DGEJCA/DCTPCB) -----

Presente, para deliberação, o proposto na informação n.º Interno/2013/304, de 10-01-2013, com despacho do Senhor Vereador Mário Máximo e da Senhora Presidente, aprovar a adesão do Município de Odivelas à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, bem como a aprovação dos respetivos Estatutos, de acordo com a informação acima referida, que seguidamente se transcreve; -----

INFORMAÇÃO:-----

“O projeto “ REDES PARA O DESENVOLVIMENTO: da Geminação a uma Cooperação mais Eficiente”, com uma duração de 36 meses – Junho de 2010 a Maio de 2013, sob gestão do Instituto Marquês de Valle Flôr, uma Organização Não Governamental que tem como missão o desenvolvimento socioeconómico e cultural nos Países de Língua Portuguesa, com o apoio Institucional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, é financiado pela União Europeia e pelo Camões - Instituto da Cooperação e Língua. ----- Este projeto visa promover parcerias multi-ator, através da criação de novos canais de comunicação entre as autoridades locais e atores não estatais, tendo como finalidade o desenvolvimento local do território, integrado no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: erradicar a pobreza extrema e fome; alcançar a educação primária universal; promover a igualdade do género e capacitar as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento. Neste sentido, as intervenções integradas neste projeto, podem abranger diversas áreas: saúde, educação, ambiente, cultura, entre outras. -----

No que concerne aos resultados das intervenções que têm vindo a ser efetuadas, no âmbito das “REDES PARA O DESENVOLVIMENTO: da Geminação a uma Cooperação mais Eficiente”, nos diversos países (Portugal; Cabo-Verde; Angola; Timor; São Tomé e Príncipe; Guiné-Bissau; França; Itália; Japão; China; Paquistão; Moçambique; Índia; Alemanha; Polónia; Espanha; Canadá; Estados Unidos da América; Marrocos e Hungria), poder-se-á aferir que são muito positivos dado que os mesmos têm contribuído para o aumento dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, permitindo não só o desenvolvimento dos territórios, como também melhorar as condições de vida das pessoas. -----

O projeto REDES PARA O DESENVOLVIMENTO: da Geminação a uma Cooperação mais Eficiente” para além de envolver os 15 Municípios Portugueses, inclui as Autoridades Locais Alemãs e atores de Desenvolvimento da Galiza, estabelecendo assim o reforço dos laços entre os três países, Portugal, Alemanha e Espanha. Os municípios, enquanto autoridades Locais, têm um papel fulcral neste projeto,



considerando que os mesmos têm a capacidade única de reunir as forças vivas do seu território, designadamente a comunidade, as associações, as entidades do setor privado, os serviços municipalizados e outros atores não estatais, em torno de um objetivo comum. -----

Como reconhecimento da importância do modelo de cooperação, resultante de uma parceria intermunicipal, enquanto estratégia que visa fomentar sinergias, rentabilizar e partilhar recursos com vista a melhorar as condições de vida das populações dos municípios dos países de língua oficial portuguesa, foi proposta, pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (anexo), a criação de uma associação sem fins lucrativos com a seguinte denominação "Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento".-----

Atendendo a que a Câmara Municipal de Odivelas tem colaborado no projeto supra referido, no âmbito dos protocolos de gemação (Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe), a autarquia de Odivelas manifestou interesse em fazer parte do grupo de municípios que pretende criar a "Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento", como forma de formalizar e aprofundar os laços que unem os municípios: Amadora; Arraiolos; Cascais; Faro; Grândola; Loures; Maia; Marinha Grande; Miranda do Corvo; Moita; Odivelas; Oeiras; Palmela; Seixal e Setúbal. -----

Relativamente às despesas adstritas à constituição da associação, nomeadamente a escritura, o imposto de selo e as respetivas publicações, as mesmas serão custeadas pelo Instituto Marquês de Valle Flôr. O valor da quota será fixado pela Assembleia Intermunicipal, cuja deliberação é tomada por maioria qualificada de dois terços dos associados presentes (n.º4 do artigo 16º). -----

Mais se informa que o Município de Odivelas, com base no resultado de um sorteio entre os municípios envolvidos, foi escolhido como sede da associação "Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento", cuja morada é a seguinte: "Paços do Concelho – Quinta da Memória Rua Guilherme Gomes Fernandes". -----

É de salientar que, de acordo com o n.º1 do artigo 11º dos estatutos, "após a integração na Associação, os municípios ficam obrigados a permanecer durante um período de três anos, sob pena de perderem todos os benefícios financeiros e administrativos e de não poderem integrar, durante um período de dois anos, outras associações com os mesmos fins". -----

Face ao exposto nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º e alínea m) do nº2 do artigo 53º da LAL, submete-se à consideração superior as propostas de adesão do Município de Odivelas à "Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento", bem como, a aprovação dos respetivos estatutos (anexo), que, caso mereça concordância, deverá ser remetida a deliberação dos Órgãos Executivo e Deliberativo municipais." -----

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR MÁRIO MÁXIMO: -----

"À Sr.ª Presidente da CMO, com proposta de submissão a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo Municipais."-----

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

“À SAOM: -----

1. Inclua-se na OT da próxima reunião da CM. -----
2. Após aprovação o processo será remetido à A.M. para competente deliberação.”-----

Aprovado, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente em Exercício, dos Senhores Vereadores das bancadas do PS e do PSD, a abstenção dos Senhores Vereadores da bancada da CDU, a adesão do Município de Odivelas à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, bem como a aprovação dos respetivos Estatutos, de acordo com a informação acima referenciada. -----

A Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira, pela bancada da CDU, proferiu uma Declaração de Voto que seguidamente se transcreve: -----

“Este ponto inclui uma proposta de adesão do município e, simultaneamente, uma proposta de aprovação de estatutos que em si definem que a sede da rede se situa no Concelho de Odivelas, o que, segundo a informação terá resultado num sorteio segundo a informação. -----

O nosso sentido de voto é a abstenção, fundamentada no seguinte: -----

- Na informação que apresenta o ponto é referido que os resultados anteriores são positivos, mas não é concretizado em que sentido, ou seja, nós não sabemos exatamente em que é que se traduz esta apreciação positiva, não duvidamos dela, não a estamos a por em causa, simplesmente não conhecemos os resultados e cremos que este deveria ser um procedimento habitual. Quando se faz uma proposta deve haver uma avaliação ou uma informação sobre os resultados que nessa matéria existem face a participações anteriores; -----

- Quanto ao valor da quota a pagar pelo município, é remetido para uma decisão da Assembleia da Associação da Rede Intermunicipal, portanto, não fazemos ideia de que valor se está a falar, não há qualquer valor de referência. Da mesma forma que relativamente ao Património, no art.º 28º alínea f) é referido “a transferência de receitas municipais”, sem que, também aqui, seja dada qualquer estimativa, qualquer referência, qualquer indicação do que é que se está a falar. -----

Ora, atendendo a que esta adesão tem custos para o Município que não são minimamente quantificados, nós não estamos em condições, tendo em conta aquilo que é a situação financeira do Município e que hoje aqui também foi referida a propósito de alguns pontos, não estamos em condições, dizia, de tomar uma decisão relativamente à qual há informação em falta, que consideramos pertinente para essa mesma decisão. Por isso a nossa abstenção.” -----

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal. -----

3.3 – PROPOSTA DE ACORDO DE PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO COM A UMAR – UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA, NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO POPH/QREN “RIIIM – REDE DE INTERVENÇÃO INTEGRADA INTERSETORIAL MULTIDISCIPLINAR NO COMBATE E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E TRÁFICO DE SERES HUMANOS”. RATIFICAÇÃO (GSI) -----

Presente, para deliberação, de acordo com a informação n.º Interno/2013/639, de 2013-01-1, com o despacho da Senhora Presidente para ratificação da renovação do Acordo de Parceria de Desenvolvimento com a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, no âmbito da Candidatura ao POPH/QREN “RIIIM – Rede de Intervenção Integrada Intersectorial Multidisciplinar no Combate à Violência Doméstica e Tráfico de Seres Humanos, que seguidamente se transcreve; -----

INFORMAÇÃO:-----

“A UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta submeteu candidatura à tipologia 9.7.7 – Projetos de Intervenção no Combate à Violência de Género, do POPH/QREN, tendo convidado o Município de Odivelas para seu parceiro. O projeto mereceu aprovação por parte da CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. -----

A União de Mulheres Alternativa e Resposta é uma associação de mulheres, constituída a 12 de Setembro de 1976, com um longo e reconhecido trabalho em diversas temáticas relacionadas com a Igualdade de Género. Como Organização Não Governamental está representada no Conselho Consultivo da CIDM (Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres) desde 1977. -----

De um percurso de quase 30 anos, a UMAR conseguiu unir várias gerações de mulheres, abrir espaços de intervenção para as mais jovens e atualizar a sua intervenção com uma Agenda Feminista de novas e “velhas” causas, como seja o direito à contraceção e ao aborto, a luta contra a violência doméstica, a participação nos órgãos de decisão política ou o envolvimento internacional em iniciativas como a da Marcha Mundial de Mulheres. -----

Salienta-se que a UMAR já desenvolveu alguns projetos com o Município de Odivelas, destacando-se o Projeto BIG/Escola da Igualdade de Género, decorrente do Protocolo de Parceria outorgado em 2011, tendo este decorrido de forma muito satisfatória com os resultados inicialmente propostos alcançados. -----

Relativamente ao Acordo de Parceria de Desenvolvimento proposto, o projeto candidatado e aprovado tem por objetivos: -----

- Levantamento das redes intersetoriais de combate à violência doméstica e ao tráfico de seres humanos (embora à priori não se conheça nenhuma situação), que fazem acompanhamento integrado a vítimas e que visem prevenir que não recue o percurso em direção à não-violência;-----
- Análise e reflexão intersetorial sobre as redes existentes de combate à violência doméstica e respetiva articulação, sistematizando experiências, inserindo a prevenção e alargando o seu âmbito para questões relacionadas com o tráfico de seres humanos e com a intervenção junto de vítimas particularmente vulneráveis, como é o caso das mulheres idosas, das mulheres que prestam serviços sexuais, das mulheres imigrantes e de grupos específicos como jovens e minorias;-----
- Elaboração em conjunto com as diversas entidades intervenientes das guidelines e de protocolos de atuação para diferentes e complexas situações, orientando-os para os/as técnicos/as de diversas áreas: sistema judicial, forças de segurança, técnicas/os de serviço social, psicólogas/os, técnicos/as que trabalham com agressores, instituições de saúde, escolas, segurança social, comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ); -----
- Monitorização da implementação do instrumento de avaliação de risco – enquanto especificação dos guidelines e protocolos de atuação;-----
- Criação de um padrão de trabalho em rede integrado, intersetorial e multidisciplinar para prevenir a revitimização; -----
- Formação/Sensibilização para o trabalho em rede na violência doméstica e no tráfico de seres humanos, aperfeiçoando a articulação intersetorial dos protocolos de atuação setoriais. -----

Município de Odivelas, enquanto parceiro, compromete-se a implementar como projeto piloto uma rede local integrada, intersectorial e multidisciplinar nas respostas às vítimas de violência doméstica e tráfico de seres humanos com base no padrão de intervenção que vai ser construído no projeto RIIM, envolvendo as entidades que trabalham no concelho nesta áreas. -----

Conjuntamente com o município, são parceiros da UMAR neste projeto/candidatura, a Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas - AMUCIP, Associação ILGA Portugal, Solidariedade Imigrante – Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes e Casa do Brasil de Lisboa. -----

Reforçar-se que, este projeto vai de encontro à linha estratégica definida para o Concelho por esta unidade orgânica, na temática de género, realçando-se que não envolve custos para o Município. -----

Face ao exposto, dada a relevância do projeto para o trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Saúde e Igualdade, submete-se à consideração superior a pertinência do mesmo e, caso seja esse o entendimento, o envio do processo a Reunião de Câmara para ratificação." -----



DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE: -----
"À SAOM para inclusão na Ordem de trabalhos da Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2013, para ratificação do protocolo." -----

Aprovado, por unanimidade, a ratificação da renovação do Acordo de Parceria de Desenvolvimento com a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, no âmbito da Candidatura ao POPH/QREN "RIIIM – Rede de Intervenção Integrada Intersectorial Multidisciplinar no Combate à Violência Doméstica e Tráfico de Seres Humanos, de acordo com a informação acima referenciada. -----

3.4 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO MUNICIPAL BEATRIZ ÂNGELO. (PRES) -----

Presente, para deliberação, a proposta n.º 1/PRES/2013, de 2013-01-24, com despacho da Senhora Presidente, aprovar a atribuição do Prémio "Beatriz Ângelo" a duas personalidades: Maria do Rosário Ferreira, Professora e Diretora da Escola Secundária Pedro Alexandrino e Maria Eugénia Saraiva, Presidente da Liga Portuguesa Conta a Sida, que seguidamente se transcreve; -----

INFORMAÇÃO:-----

"Apesar dos assinaláveis progressos alcançados nas últimas décadas, entre homens e mulheres existem ainda flagrantes assimetrias quanto a oportunidades, direitos e deveres que urge corrigir, pela implicação que têm no desenvolvimento da sociedade e pelos elevados custos económicos e sociais que comportam e cuja verdadeira amplitude é ainda desconhecida. -----

Promover a igualdade entre mulheres e os homens é respeitar os direitos humanos que asseguram, para umas e para outros, o direito de participarem plenamente, como parceiros iguais, em todos os aspetos da vida, respeitando as diferenças em vez de hierarquiza-las e estereotipá-las. -----

Redesenhar e modernizar o atual paradigma e perspetivar uma forma de organização social onde os homens e as mulheres participem de forma igual em todas as esferas da vida económica, social e política é, por isso, um desafio inadiável. -----

Neste âmbito cabe ao Município um papel catalisador, destacando pelo exemplo, promovendo a articulação e cooperação com todos os agentes sociais: cidadãos(ãs), empresas, organizações não governamentais e outras associações e organizações da sociedade civil e parceiros sociais, e desenvolvendo um esforço concertado de combate aos estereótipos de género em todas as áreas da sociedade, nomeadamente na educação e formação, na saúde, no emprego, no desporto e na cultura, bem como em todos os domínios da vida política e pública. -----

A instituição de um prémio que distinga anualmente Mulheres e Instituições que se destaquem, pela sua obra, na vida deste Concelho, concorre para esse desígnio. Carolina Beatriz Ângelo foi uma figura impar na história Portuguesa, sufragista, ativista dos direitos das mulheres e líder dos movimentos feministas portugueses no início do Século XX destacou-se igualmente como a primeira portuguesa a praticar cirurgia e a primeira mulher a votar em eleições Nacionais no nosso País, pelo que associar o seu nome a tão importante distinção é um ato que em muito o dignifica e prestigia. -----

Face ao exposto, e de acordo com a decisão do Júri do Prémio Municipal “Beatriz Ângelo”, cuja ata se anexa, tenho a honra de propor ao Executivo Municipal a atribuição do galardão e duas personalidades: -----
 Maria do Rosário Ferreira, Professora e Diretora da Escola Secundária Pedro Alexandrino;-----
 Maria Eugénia Saraiva, Presidente da Liga Portuguesa Contra a Sida.” -----

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

“À SAOM para inclusão na Ordem de trabalhos da Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2013.” -----

Aprovado, por unanimidade, a atribuição do Prémio “Beatriz Ângelo” a duas personalidades: Maria do Rosário Ferreira, Professora e Diretora da Escola Secundária Pedro Alexandrino e Maria Eugénia Saraiva, Presidente da Liga Portuguesa Conta a Sida, de acordo com a informação acima referenciada. -----

O Senhor Presidente em Exercício, pela bancada do PS e a **Senhora Vereadora Sandra Pereira**, pela bancada do PSD, proferiram Declarações de Voto que seguidamente se transcreve; -----

Senhor Presidente em Exercício: -----

“No início do Século XX, 80% das mulheres eram analfabetas. Além disso, a grande maioria eram pobres e só tinham energia para o trabalho duríssimo nas fábricas, na agricultura, no serviço doméstico, acumulado com o cuidado dos filhos, familiares, etc. -----

O influente escritor e político Raul Proença, escreveu em 1909: “Que tenham voto, está bem. Quem tenham direitos, é justo(...) mas mais importante que Mulher Livre é Mulher Honesta. A igualdade de direitos deveria respeitar a ‘diversidade de missões’.” -----

A ideia da fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, partiu de 3 republicanos – António José de Almeida, Bernardino Machado e Magalhães Lima – que convidaram todas as ‘senhoras’ que o desejassem para fazer parte de uma Liga -----

Os objetivos eram «orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos a mulher portuguesa.» António José de Almeida chegou a prometer que, ao contrário do que se tinha passado com a revolução francesa,

as mulheres não ficariam 'logradas' pela futura República, promessa que ficou bem muito aquém do esperado... -----

Exemplo máximo desse 'logro', foi Carolina Beatriz Ângelo, Figura incontornável da história nacional, e símbolo da luta pelos direitos das mulheres, destacou-se na sua atividade profissional como médica, sendo a primeira portuguesa a praticar cirurgia, mas também pela sua atividade cívica e política enquanto sufragista, ativista dos direitos das mulheres e líder dos movimentos feministas portugueses no início do Século XX. -----

Médica, lutadora sufragista e fundadora da Associação de Propaganda Feminista, foi a primeira mulher a votar em Portugal. Invocando a sua qualidade de chefe de família, uma vez que era viúva e mãe, Carolina Beatriz conseguiu que um tribunal lhe reconhecesse o direito de votar (à revelia) com base do plural da expressão 'cidadãos portugueses' cujo masculino se refere, ao mesmo tempo, a homens e a mulheres. -----

Como consequência do seu ato, a lei foi alterada no ano seguinte, com a especificação de que apenas os chefes de família do sexo masculino poderiam votar, apesar da coragem do Juiz João Baptista de Castro que proferiu na sua a sentença: «Excluir a mulher (...) só por ser mulher (...) é simplesmente absurdo e iníquo e em oposição com as próprias ideias da democracia e justiça proclamadas pelo partido republicano. (...) Onde a lei não distingue, não pode o julgador distinguir(...)». -----

Cem anos passados, muitos progressos foram alcançados, mas muito está ainda por fazer. Tal como defende o autor Esping-Andersen, estamos ainda perante uma 'revolução incompleta', em que persistem velhas desigualdades, mas também tem vindo a criar novas desigualdades a que é necessário dar resposta. É urgente uma reorganização social, em particular do estado social, que se adapte aos novos papéis que as mulheres, gradualmente, têm vindo a assumir, de forma que se possa atingir o desejado equilíbrio de género na sociedade, e aqui o Poder Local também tem um apalavra importante a dizer. -----

Os eleitos do Partido Socialista acreditam que o Poder Local deve assumir o seu papel como responsável estratégico pela igualdade de género e pode fazer a diferença na vida e nas oportunidades de vida das mulheres, olhando para a realidade de forma analítica, observando áreas sensíveis, identificando fatores geradores de desigualdades e planificando estrategicamente políticas e ações concretas e agindo como catalisador, na promoção de uma verdadeira igualdade de género. -----

A Instituição do Prémio Municipal Beatriz Ângelo é parte integrante desta estratégia, destacando pelo exemplo o trabalho de cidadãs, cidadãos e instituições que concorrem para esse designio. -----

Neste ano 2013 o júri deliberou atribuir o prémio a duas personalidades: -----

Maria do Rosário Ferreira, professora e Diretora da Escola Secundária Pedro Alexandrino (ESPA), pelo trabalho exemplar que esta Escola tem desenvolvido, sob a sua liderança, com tão bons resultados. Partindo de uma população profundamente heterogénea, grande parte oriunda de realidades bastante complexas, o corpo docente da ESPA inverteu o paradigma deste estabelecimento de ensino e acrescentou qualidade e resultados surpreendentes; -----

Maria Eugénia Saraiva, Presidente da Liga Portuguesa Contra a Sida (LPCS), tem desenvolvido um trabalho notável no nosso País, numa altura em que os números da doença são ainda em Portugal muito preocupantes, quer na área do apoio ao doente, como nas áreas da prevenção, educação para a saúde e inversão do estigma social do doente com sida. A LPCS tem um Gabinete de Atendimento em Odivelas, que a sua Presidente se empenhou muito, de forma pessoal para manter. -----

A Presidente de Câmara e os Vereadores do Partido Socialista, votaram favoravelmente a Proposta de Atribuição do Prémio Municipal “Beatriz Ângelo”, saudando as galardoadas e todas as Mulheres do Mundo, na convicção de que garantir novas oportunidades para a participação das mulheres não é apenas importante pelo facto de responder às exigências femininas, mas a promoção da sua participação é essencial ao desenvolvimento social e económico dos estados.” -----

Senhora Vereadora Sandra Pereira: -----

“Sr. Presidente em Exercício, queria só dizer que naturalmente isto foi, no âmbito de júri do qual faço parte, devidamente consensualizado, e queria dizer que o PSD naturalmente apoio e vota favoravelmente estas propostas porque se revê nelas. Gostaria só de enfatizar aqui o papel da Sra. Presidente da LPCS, que tivemos no final de dezembro num combate difícil pois estaríamos na iminência do encerramento do gabinete do CAI (Centro de Apoio Integrado para o Utente com VIH), e a Sra. Presidente da LPCS foi muito empenhada nesta questão e sendo uma figura de carácter nacional, mas que tem uma ligação efetiva ao concelho, não só através do CAI, é uma nossa amiga que aparece e participa em muitas das nossas iniciativas, eu não queria deixar de realçar o seu empenho, que foi decisivo, junto comigo, para que o projeto CAI se mantivesse em Odivelas e fosse assegurado o financiamento. Eu própria fiz algumas diligências que lhe dei conta e vice-versa e conseguimos construir um caminho de equipa que funcionou e eu acho que por tudo isso que representa a LPCS, mas muito pelo papel que Maria Eugénia lhe atribui, que teve e tem consequências no nosso concelho, eu não poderia deixar de registar enquanto vereadora da saúde, também, aqui um reconhecimento disso mesmo que testemunhei.” -----

IV - SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES -----

4.1 - PROPOSTA DE SUBSÍDIOS A ATRIBUIR ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS PARA O ANO DE 2013. (SMPC) -----

Presente, para deliberação, o proposto na informação n.º 470-SMPC-2013 de 2013-01-15, com despacho do Senhor Vereador Paulo César Teixeira e da Senhora Presidente, aprovar os subsídios a atribuir às

Corporações de Bombeiros do Concelho de Odivelas, no ano de 2013, conforme consta da informação acima referida, que seguidamente se transcreve; -----

INFORMAÇÃO:-----

“Senhor Vereador, -----

Considerando as orientações superiores resultantes das restrições orçamentais previstas para o ano em curso e os Protocolos assinados a 23 de maio 2006, entre a Câmara Municipal de Odivelas e as Associações de Bombeiros do Concelho, junto se apresenta a proposta para os subsídios a atribuir no ano 2013. -----

Assim, propõe-se: -----

APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS -----

SUBSÍDIO MENSAL DE GESTÃO CORRENTE E MANUTENÇÃO-----

Os subsídios a transferir são mensais e mantêm os valores de 2012. -----

A saber:-----

Subsídio Mensal de Gestão Corrente e Manutenção		
	Total anual	Valor mensal (12 meses)
A.H.B.V. Caneças	€ 93.666,60	€ 7.805,55
A.B.V. Odivelas	€ 107.266,56	€ 8.938,88
A.H.B.V. Pontinha	€ 95.832,96	€ 7.986,08
Total	€ 296.766,12	

Este subsídio terá cabimento no projeto 2013/A/8, classificação económica 01 12 / 04 07 01 01. -----

Subsídio anual para reequipamento -----

No ano em curso não será atribuído este subsídio. -----

Subsídio para aquisição de viatura e/ou equipamento.-----

No ano em curso não será atribuído este subsídio. -----

SEGUROS-----

Relativamente aos seguros do ramo bombeiro – propõe-se que seja mantido o modus operandi deste apoio. -----

Estes subsídios têm cabimento nos projetos:-----

• Reembolso do seguro de viaturas - dotação € 45.000 no projeto 2013/A/8, classificação económica 01 12 / 04 07 01 01 -----

• Pagamento de seguros do ramo bombeiros – dotação € 30.000 projeto 2013/A/8, classificação económica 01 12 / 02 02 12. -----

REEMBOLSO DE PAGAMENTOS DE DESPESAS DE ÁGUA E ELETRICIDADE-----

No que concerne aos reembolsos de despesas de pagamentos de água e eletricidade propõe-se que seja mantido o modus operandi deste apoio, de acordo o deliberado na 7ª Reunião da Câmara Municipal (6º ponto) realizada a 09/04/2008, i.e., os pedidos de reembolso devem ser encaminhados ao SMPC após pagamento das faturas por parte das associações, devendo constar, em boas condições de legibilidade, as faturas completas e respetivos comprovativos de pagamento. -----

Este subsídio tem cabimento no projeto 2013/A/8, classificação económica 01 12 / 04 07 01 01, com uma dotação estimada de € 60.000. -----

SUBSÍDIOS PONTUAIS -----

Relativamente a eventuais subsídios pontuais, propõe-se: -----

Subsídio de refeição aos ELAC's /ECIN's -----

À semelhança do que vem sucedendo, propõe-se a atribuição de um subsídio de refeição a atribuir aos elementos que venham a integrar os ELAC's/ECIN's, sempre as Associações de Bombeiros do Concelho sejam contempladas, pela ANPC, com estas equipas, sendo que no corrente ano o seu valor deverá ser de € 15/elemento/dia, mantendo-se assim o valor do ano transato. -----

Este subsídio tem cabimento no projeto 2013/A/8, classificação económica 01 12 / 04 07 01 01 (dotação de € 30.000). -----

PIQUETES DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO -----

Piquetes de Primeira Intervenção – PPI's				
	N.º elementos	Valor por elemento	Valor mensal	Valor anual (14 meses)
A.H.B.V. Caniças	12	€ 746,75	€ 8.961,00	€ 125.454,00
A.B.V. Odivelas	17	€ 746,75	€ 12.694,75	€ 177.726,50
A.H.B.V. Pontinha	13	€ 746,75	€ 9.707,75	€ 135.908,50
Total				€439.089,00

Este subsídio tem cabimento no projeto 2013/A/8, classificação económica 01 12 / 04 07 01 01.-----

Faturação separada por remoção dos resíduos sólidos da A.H.B.V. Caneças-----

Na informação n.º 11059/SMPC de 30/06/2008 foi proposta a faturação separada por remoção dos resíduos sólidos da A.H.B.V. Caneças. A mesma, mereceu deliberação favorável e unânime por parte do Executivo Municipal, na 14ª Reunião de Câmara (17º ponto) realizada a 16/07/2008, nos seguintes moldes: No seu ofício n.º 500/06 de 2006/11/29, a A.H.B.V. Caneças esclarece a Autarquia acerca do acordo estabelecido com os SMAS, relativamente à taxa de resíduos sólidos aplicada à faturação da água. Atendendo a que este acordo visa o pagamento de uma mensalidade fixa referente à recolha dos resíduos sólidos, justifica-se assim a faturação em separado. Mais se informa que esta modalidade favorece a diminuição do valor a pagar, pois este não será proporcional ao consumo de água, mas sim um valor acordado entre a Associação e os SMAS.-----

Em 2009, foi novamente submetida a Deliberação Municipal a proposta de pagamento das remoções especiais e consequente atualização de valor, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade nas 4ª e 8ª Reuniões Ordinárias de 2009, respetivamente.-----

A despesa terá cabimento no projeto 2013/A/8, classificação económica 01 12 / 04 07 01 01, dotação de € 1500.-----

Subsídio à A.H.B.V. Odivelas abrigo do Protocolo celebrado entre a associação e a autarquia relativo à nomeação do Comandante Operacional Municipal (COM)-----

Na sequência do proposto na informação n.º 15706/SMPC que mereceu aprovação por parte do Executivo Municipal na 3ª Reunião de Câmara realizada a 10/02/2010;-----

Mais se informa que o pagamento do subsídio é mensal e tem o valor de € 1.250/mês (€15.000/ano) a pagar à A.H.B.V. Odivelas e a despesa tem cabimento no projeto 2013/A/8.-----

Esta forma, remete-se para análise e despacho superior os conteúdos aqui apresentados, sugerindo, que as mesmas sejam colocadas à apreciação do Executivo Municipal, para que sobre elas delibere.-----

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR PAULO CÉSAR TEIXEIRA:-----

“À Sr.ª Presidente, proponho a inclusão do presente ponto na ordem de trabalhos da próxima reunião da Câmara Municipal.”-----

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE:-----

1) Ao DJGFP/DFA para cabimentação prévia;-----

2) À SAOM, para incluir na OT da próxima RC.-----

Aprovado, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente em Exercício, dos Senhores Vereadores das bancadas do PS e do PSD e os votos contra dos Senhores Vereadores da bancada da CDU, os



subsídios a atribuir às Corporações de Bombeiros do Concelho de Odivelas, no ano de 2013, conforme consta da informação acima referenciada. -----

O Senhor Presidente em Exercício, pela bancada do PS e **o Senhor Vereador do Rui Francisco**, pela bancada da CDU, proferiram declarações de voto, que serão transcritas em ata. -----

O Senhor Presidente em Exercício: -----

“A Câmara Municipal de Odivelas tem desenvolvido, desde a criação do Município, uma importante parceria com as três corporações de Bombeiros do concelho, de modo a garantir à população um conjunto de serviços que visam o seu bem-estar e segurança. -----

Os Soldados da Paz do concelho têm demonstrado grande rigor e qualidade no serviço que prestam, conforme foi evidente tanto no combate aos fogos que se registaram no Verão de 2012, que afetaram o nosso concelho e municípios vizinhos, bem como, mais recentemente, no mau tempo - chuvas e ventos fortes - que se fizeram sentir nos últimos dias 17 e 18 de janeiro. -----

O Município sabe que os subsídios e apoios dados às corporações representam, desde logo, um investimento na população e no território. -----

Tem sido com esta postura responsável e construtiva que se tem desenvolvido sinergias proficuas entre o Município e os Bombeiros, com ganhos para todos. -----

Continuamos a depositar nos Bombeiros total confiança e a prestar todo o apoio que nos é possível, no sentido de poder assegurar as condições para o bom desempenho desta nobre função pública. Por estas razões, e não obstante as significativas dificuldades existentes e as fortes limitações orçamentais, continuamos a manter o mesmo valor de subsídios atribuído no ano de 2012, o que traduz o nosso forte compromisso com a segurança e bem-estar dos nossos munícipes e do território. -----

Pela relevância da matéria e pelo que está em causa, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente este ponto.” -----

Senhor Vereador do Rui Francisco: -----

Como é conhecido, as medidas de apoio, nas suas diferentes vertentes, às 3 corporações de bombeiros do Concelho e que ao longo dos anos foram aprovadas neste executivo, desde a Comissão Instaladora deste Município – e que, relembra-se, tiveram por base os apoios que já eram garantidos pela Câmara de Loures, sempre contaram com a concordância e o voto favorável dos eleitos da CDU neste Câmara Municipal. -----

O papel insubstituível dos bombeiros na prevenção e proteção de pessoas e bens e em geral, em prol das populações, com a dedicação, empenho, destreza e coragem que, indiscutivelmente coloca estes homens

e mulheres no centro da nossa história da missão de socorro, fundamenta e justifica de forma inquestionável todos os apoios que lhes têm vindo a ser assegurados. -----

A proposta agora votada pela maioria PS/PSD nesta Câmara, para 2013 e tal como aconteceu já também em 2011 e 2012, continua a corresponder a um retrocesso que, pela sua amplitude, entendemos excessivo, injusto e inaceitável e, por esse facto, a nossa discordância e, em coerência, o nosso voto contra. -----

A presente proposta mantém a suspensão integral dos subsídios para reequipamento e para aquisição de viaturas e/ou outros equipamentos, num total de 130.000 euros, bem como, ao manter os valores de 2011 apesar dos aumentos registados nos bens e serviços essenciais ao desenvolvimento da sua atividade, persiste na diminuição dos restantes apoios, seja ao nível da gestão corrente e manutenção, reembolso das despesas de água e eletricidade ou na faturação separada por remoção dos resíduos sólidos. -----

Quando em cada ano que passa se registam novos e sucessivos aumentos nos preços da água, eletricidade, combustíveis, entre muitos outros, facilmente se compreenderá o impacto negativo destas medidas e os fortes constrangimentos que as mesmas continuam a significar na vida destas corporações, num quadro que, relembra-se, era já muitas vezes difícil e fortemente dependente dos poucos apoios e escassas vontades, na maioria delas variáveis e conjunturais. -----

É para nós absolutamente inaceitável a aplicação de medidas restritivas que colidem diretamente com o normal e regular funcionamento das instituições e assim se condicione fortemente a sua normal atividade, e que na prática se traduz num desinvestimento no socorro das populações. -----

O que, importa lembrar, se junta às medidas impostas pelo Governo, nomeadamente quanto ao pagamento do transporte de doentes assegurados pelos Bombeiros e que estão a asfixiar por completo grande parte das corporações de bombeiros, por todo o país. -----

Continuamos a não compreender que, neste quadro e, pelo menos aparentemente, de forma paradoxal, o pagamento mensal de 1.250,00 euros para o Comandante Operacional Municipal, seja mantido intocável e logo, ao invés das restantes situações, isentado de qualquer ajuste ou redução. -----

Por estas razões, a nossa discordância e o nosso voto contra, um voto que é também expressão do nosso reconhecimento e da nossa homenagem aos nossos bombeiros, aos homens e mulheres que, em especial e de forma abnegada se fazem representar nas três corporações deste município: B. V. Odivelas, B. V. Corneças e B. V. Pontinha.”-----

17 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE DONATIVOS DA FUNDAÇÃO BELMIRO DE AZEVEDO – ALIMENTOS E MATERIAIS PARA OS ANIMAIS DO PARQUE DOS BICHOS. (GVM) -----

Deliberado, por unanimidade, retirar este assunto da Ordem de Trabalhos. -----



4.3 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SAÚDE MENTAL DE ODIVELAS – PROPOSTA DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL PARA ATIVIDADES DE EXTERIOR PARA O ANO DE 2013. (GSI) -----

Presente, para deliberação, o proposto na informação n.º Interno/2013/677, de 2013-01-17, aprovar a cedência de transporte municipal para atividades de exterior, à Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas, para o ano de 2013, de acordo com a informação acima referida, que seguidamente se transcreve; -----

INFORMAÇÃO:-----

“A Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas (ACSMO) desenvolve o seu trabalho desde o ano 2000 na área da reabilitação e integração familiar, social e profissional dos indivíduos com doenças do foro mental. Das diversas ações levadas a cabo por esta associação incluem-se as atividades de exterior que complementam frequentemente as restantes, ao permitirem experiências a que habitualmente os seus utentes não têm acesso e que assumem uma relevância significativa para a própria prática clínica.-----

Tal como tem vindo a ocorrer, a Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas (ACSMO), vem mais uma vez solicitar à Câmara Municipal de Odivelas/Gabinete de Saúde e Igualdade, a cedência de transporte para um grupo de 30 pessoas (utentes e técnicos) de modo a implementar um novo ciclo de deslocações/visitas de estudo em 2013 (11 visitas no total). -----

Estas atividades no exterior assumem-se como momentos importantes ao nível da inserção e integração dos utentes da ACSMO, contribuindo não só para o desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais, como também para a sensibilização de entidades externas acerca das potencialidades de terapias ocupacionais. -----

De acordo com a diretora técnica da ACSMO, a execução deste plano de atividades de exterior é fundamental para o trabalho desenvolvido por esta associação, tem obtido resultados importantes para o estado de saúde dos seus doentes, sendo inclusivamente considerados por estes como momentos marcantes e a única possibilidade de acederem aos locais/equipamentos identificados, sobretudo face aos custos envolvidos. -----

Após análise do pedido efetuado pela ACSMO e correspondente articulação com o DOMHT/DTO procedeu-se à adaptação do pedido inicial à disponibilidade de viatura municipal, com a necessária concordância da direção técnica da Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas de acordo com o quadro abaixo.

Data	Destino	Horário
18 Fev.	Basílica da Estrela – Lisboa	9h30 – 13h00
18 Mar.	Fábrica do Azulejo – Sintra	9h30 – 13h00
3 Abr.	Museu do Coches - Belém	9h30 – 13h00
15 Abr.	Museu de Cera - Alcântara	9h30 – 13h00
20 Mai.	Estufa-Fria – Parque Eduardo VII	9h30 – 13h00
26 Jun.	Fábrica da Pólvora - Oeiras	9h30 – 13h00
10 Jul.	Praia de Carcavelos	9h30 – 13h00
18 Set.	Planetário - Belém	9h30 – 13h00
30 Out.	Vendas Novas	9h30 – 16h00
20 Nov.	Cinemateca – R. Barata Salgueiro, Lisboa	9h30 – 13h00
11 Dez.	CCB - Belém	9h30 – 13h00

Assim, de acordo com a consulta efetuada ao DOMHT/DTO a totalidade das deslocações referidas poderá ser assegurada por viatura municipal, sendo que os custos da execução do serviço de transporte estão estimados em € 811,94 (requisições de transporte e folha de custos em anexo). -----

Neste contexto e nos termos do disposto na alínea b) do nº4, do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que se transcreve “compete à câmara municipal no âmbito do apoio às atividades de interesse municipal: apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva (...)”, e sendo este ciclo de visitas uma atividade de natureza social dirigida a um público-alvo com vulnerabilidades várias, submetese para deliberação da Câmara Municipal a presente proposta de cedência de transporte para atividades de exterior à Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas.”-----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA SANDRA PEREIRA: -----

“Sra. Presidente da CMO para, em caso de concordância, submeter a presente proposta de cedência de transporte municipal para a ACSMO ao Executivo Municipal para deliberação.” -----

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

“À SAOM para incluir na OT da próxima RC.” -----



Aprovado, por unanimidade, a cedência de transporte municipal para atividades de exterior, à Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas, para o ano de 2013, de acordo com a informação acima referenciada. -----

V - PROCESSOS PARTICULARES -----

5.1. – JOSÉ NASCIMENTO LEAL FREIXINHO – LOTE 3 - BAIRRO AZINHAGA DO CANHAMATO - FREGUESIA DE CANEÇAS – SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO. (DGOU) -----

Presente, para deliberação, o proposto na informação n.º 15/TR/DRRU/DGOU/2013, de 2013-01-11, com despachos do Senhor Vereador Paulo César Teixeira e da Senhora Presidente, aprovar a substituição da hipoteca legal, constituída sobre o lote 3, inserido no Bairro Azinhaga do Canhamato, Freguesia de Caneças, em nome de José do Nascimento Leal Freixinho, pelo depósito caução n.º 10821 efetuado na Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 1.145,18 (mil, cento e quarenta e cinco euros e dezoito cêntimos), para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 2/2009/DRU, de 17 de Abril, de acordo com a informação acima referida, que seguidamente se transcreve; -

INFORMAÇÃO:-----

Em requerimento anexo, solicita o Sr. José do Nascimento Leal Freixinho a substituição da hipoteca legal que recai sobre o lote 3 inserido no Bairro Azinhaga do Canhamato, com Alvará de Loteamento n.º 2/2009/DRU, de 17 de abril.-----

Para o efeito, foi anexo o depósito caução n.º 10821, de 19/12/12, na conta n.º 0545064551650 do Banco Caixa Geral de Depósitos, em nome de Maria Madalena Cortez Soares Freixinho, a favor da Câmara Municipal de Odivelas no valor de € 1145,18 (mil cento e quarenta e cinco euros e dezoito cêntimos), correspondente ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de loteamento em causa. ----

Foi ainda junta a prova da titularidade do lote onde consta inscrito o ónus hipotecário, e declaração da Comissão de Administração Conjunta onde consta que as participações do lote se encontram em dia.

Foi igualmente solicitada certidão comprovativa da autorização para o distrate da hipoteca legal do lote. ----

Assim, e ao abrigo do n.º 5 do Artigo 27º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação em vigor, propõe-se: -----

Autorizar o distrate da hipoteca legal sobre o lote 3 inserido no Bairro Azinhaga do Canhamato, com Alvará de Loteamento n.º 2/2009/DRU, de 17 de abril.-----



1. Após deliberação em Reunião de Câmara, emitir certidão comprovativa da pretensão nos termos deliberados, em conformidade com o texto que se apresenta, e após preenchimento dos campos em falta (os quais se encontram em minuta fornecida pelo SAOM logo após deliberação, e anexa ao expediente):
"Em conformidade com o ___º ponto da ___ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia ___ de _____ de 2013, foi _____ (autorizado/não autorizado) o distrate da hipoteca legal, existente sobre o Lote 3 do Bairro Azinhaga do Canhamato, Freguesia de Caneças, com a descrição n.º 3152/Caneças, inserido no Alvará de Loteamento n.º 2/2009/DRU, de 17 de abril. -----
2. Remeter o original da garantia bancária ou depósito caução à DJGFP e substituir o mesmo por cópia autenticada." -----

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR PAULO CÉSAR TEIXEIRA: -----

"À Sr.ª Presidente, concordo com a informação dos Serviços, propondo submeter a Deliberação de Câmara." -----

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

"Concordo. Inclua-se na ordem de trabalhos da reunião de 30/01/2013 para efeitos de Deliberação de Câmara." -----

Aprovado, por unanimidade, a substituição da hipoteca legal, constituída sobre o lote 3, inserido no Bairro Azinhaga do Canhamato, Freguesia de Caneças, em nome de José do Nascimento Leal Freixinho, pelo depósito caução n.º 10821 efetuado na Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 1.145,18 (mil, cento e cinquenta e cinco euros e dezoito cêntimos), para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 2/2009/DRU, de 17 de Abril, de acordo com a informação acima referenciada. -----

3.2 – ÁLVARO VAZ PRATAS – LOTE 156 – BAIRRO CASAL DOS APRÉSTIMOS – FREGUESIA DA RAMADA - SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO. (DGOU) -----

Presente, para deliberação, o proposto na informação n.º 6/TR/DRRU/DGOU/2013, de 2013-01-08, com despachos do Senhor Vereador Paulo César Teixeira e da Senhora Presidente, aprovar a substituição da hipoteca legal, constituída sobre o lote 156, inserido no Bairro Casal dos Apréstimos, Freguesia de Ramada, em nome de Álvaro Vaz Pratas, pelo depósito caução n.º 10631 efetuado na Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 454,52 (quatrocentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º



11/2001/DRLA, de 30 de novembro, de acordo com a informação acima referida, que seguidamente se transcreve; -----

INFORMAÇÃO:-----

“Em requerimento anexo, solicita o Sr. Álvaro Vaz Pratas a substituição da hipoteca legal que recai sobre o lote 156 inserido no Bairro Casal dos Apréstimos, com Alvará de Loteamento n.º 11/2001/DRLA, de 30 de novembro.-----

Para o efeito, foi anexo o depósito caução n.º 10631, de 07/01/13, na conta n.º 0545064581850 do Banco Caixa Geral de Depósitos, em nome de Álvaro Vaz Pratas, a favor da Câmara Municipal de Odivelas no valor de € 454,52 (quatrocentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), correspondente ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de loteamento em causa.-----

Foi ainda junta a prova da titularidade do lote onde consta inscrito o ónus hipotecário, e declaração da Comissão de Administração Conjunta onde consta que as comparticipações do lote se encontram em dia.

Foi igualmente solicitada certidão comprovativa da autorização para o distrate da hipoteca legal do lote.-----

Assim, e ao abrigo do n.º 5 do Artigo 27º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação em vigor, propõe-se: -----

Autorizar o distrate da hipoteca legal sobre o lote 156 inserido no Bairro Casal dos Apréstimos, com Alvará de Loteamento n.º 11/2001/DRLA, de 30 de novembro.-----

1. Após deliberação em Reunião de Câmara, emitir certidão comprovativa da pretensão nos termos deliberados, em conformidade com o texto que se apresenta, e após preenchimento dos campos em falta (os quais se encontram em minuta fornecida pelo SAOM logo após deliberação, e anexa ao expediente):

“Em conformidade com o ___º ponto da ___ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia ___ de _____ de 2013, foi _____ (autorizado/não autorizado) o distrate da hipoteca legal, existente sobre o Lote 156 do Bairro Casal dos Apréstimos, Freguesia da Ramada, com a descrição n.º 1713/Ramada, inserido no Alvará de Loteamento n.º 11/2001/DRLA, de 30 de novembro. “.-----

2. Remeter o original da garantia bancária ou depósito caução à DJGFP e substituir o mesmo por cópia autenticada.-----

DISPACHO DO SENHOR VEREADOR PAULO CÉSAR TEIXEIRA:-----

“À Sr.ª Presidente, concordo com a informação dos Serviços, propondo submeter a Deliberação de Câmara.”-----

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

“Concordo. Inclua-se na ordem de trabalhos da reunião de 30/01/2013 para efeitos de Deliberação de Câmara.” -----

Aprovado, por unanimidade, a substituição da hipoteca legal, constituída sobre o lote 156, inserido no Bairro Casal dos Apréstimos, Freguesia de Ramada, em nome de Álvaro Vaz Pratas, pelo depósito caução n.º 10631 efetuado na Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 454,52 (quatrocentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 11/2001/DRLA, de 30 de novembro, de acordo com a informação acima referenciada. -----

Eram treze horas e trinta e cinco minutos quando o Senhor Presidente em Exercício declarou encerrada a Reunião, dela tendo sido lavrada a minuta da ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos. -----

Com base na acima referida Minuta, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada pela Câmara Municipal, vai ser assinada pelo Senhor Presidente, Hugo Martins e por Hernâni Boaventura, Diretor Municipal. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



(Hugo Martins)

O Diretor Municipal:

